

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico
Departamento de Ciências Econômicas

ANA SILVIA PIVA

Formação do Sistema Agroindustrial e os Fluxos Migratórios
na Mesorregião Oeste Catarinense

Florianópolis, 2010

ANA SILVIA PIVA

**FORMAÇÃO DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL E OS FLUXOS
MIGRATÓRIOS NA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE**

Monografia submetida ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção
do grau de Bacharelado.

Orientador (a): Lauro Mattei

FLORIANÓPOLIS, 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 ao aluno(a) Ana Silvia Piva na disciplina
CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Lauro Mattei

Prof. Francisco Gelinski Neto

Prof. Nicolas P. Suhadolmik

AGRADECIMENTOS

Em especial à minha mãe, sempre presente e atenciosa, um porto seguro que me alerta e me acalma. Ao meu pai, pela força e incentivo. À minha irmã, pela paciência e prestatividade dignas de uma segunda mãe. Aos meus sobrinhos, pelos momentos de diversão e alegria tão necessários. Ao meu irmão, cunhada e cunhado pela força e apoio de sempre.

A todos os amigos feitos na faculdade, em especial à Mariana, Laís e Thaís, por estarem presentes em todos os momentos dessa época tão feliz de nossas vidas. Aos amigos de longa data que mesmo distantes me apoiaram. Ao meu orientador Lauro Mattei, pela paciência e sabedoria e aos demais professores do departamento pela dedicação e conhecimento passados nesses anos de faculdade.

A Deus, por me auxiliar e me guiar nos momentos mais difíceis.

RESUMO

Os Complexos Agroindustriais, baseados na integração entre agroindústrias e agricultores rurais, proporcionaram à mesorregião Oeste de Santa Catarina um papel de destaque no que se refere à produção e exportação de carnes de suínos e aves. Esta integração resultou em sucesso e crescimento econômico à região, bem como inúmeras alterações na forma de produzir da agropecuária local. Todavia, esse sucesso teve caráter desigual e excludente, uma vez que selecionou agricultores, priorizando somente aqueles que conseguiram atender as escalas de produção determinadas pelas empresas. Esse processo de seleção dos agricultores ocorre pela imposição de qualidade, quantidade, ritmo e velocidade que a competição em escala nacional e internacional imprime. Dessa forma, não se torna mais rentável às agroindústrias manterem os agricultores de menor porte. Inúmeros agricultores passam, então, a serem excluídos do sistema agroindustrial de produção, o que significou ficarem sem sua principal atividade e fonte de renda. Dessa forma, sem perspectivas no campo, abandonam a atividade e, em muitos casos, migram para as demais áreas do Estado, assim como para estados vizinhos em busca de novas oportunidades de trabalho. A parte quantitativa deste estudo acabou por comprovar esses movimentos de deslocamento populacional. O resultado é uma migração excessiva partindo da mesorregião Oeste, fazendo desta uma região de origem dos fluxos migratórios, além de detentora de fatores de expulsão para aqueles agricultores que não se adaptaram à nova lógica produtiva.

Palavras chaves: Agricultores; Agroindústrias; Complexos Agroindustriais; e Migração.

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Mapa de Santa Catarina conforme Mesorregiões

Figura 2 - Mapa das Secretarias de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Processo de aquisições no complexo agroindustrial de carne

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Primeiras agroindústrias da mesorregião Oeste de Santa Catarina

Tabela 2 - Abate (em mil cabeças) e produção de aves e suínos em Santa Catarina

Tabela 3 - Evolução dos recursos aplicados em suinocultura e avicultura pelo BRDE

Tabela 4 - Evolução da Estrutura Fundiária em Santa Catarina - 1920 a 2003 (%)

Tabela 5 - Produção brasileira de carne de frango (mil toneladas)

Tabela 6 - Número de produtores de suínos e o efetivo segundo estrato de animais, em Santa Catarina, em 1995-96 e 2003

Tabela 7 - Granja de Reprodutores associadas à Associação Catarinense de Criadores de Suínos

Tabela 8 - Relação Custo X Preço da Criação de Suíno em Santa Catarina no ano de 2009

Tabela 9 - Relação Custo X Preço na Produção de Aves em Santa Catarina no ano de 2008

Tabela 10 - Saldo Migratório das SDR's da mesorregião Oeste de Santa Catarina.

Tabela 11 - Saldo Migratório da SDR Chapecó

Tabela 12 – Saldo Migratório da SDR Quilombo

Tabela 13 - Saldo Migratório da SDR Joaçaba

SUMÁRIO

RESUMO	v
LISTA DE FIGURA	vi
LISTA DE QUADROS	vii
LISTA DE TABELAS	viii
1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	11
1.1 INTRODUÇÃO.....	11
1.2 OBJETIVOS.....	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos Específicos	13
1.3 METODOLOGIA.....	14
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	15
2 AGRICULTURA E AGROINDÚSTRIA NO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO	17
2.1 QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO AGRÍCOLA NA ECONOMIA BRASILEIRA....	17
2.2 EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA.....	18
2.3 O SISTEMA AGROINDUSTRIAL.....	23
2.4 A RELAÇÃO AGRICULTURA FAMILIAR E SISTEMA AGROINDUSTRIAL.....	26
3 A AGROPECUÁRIA NA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE	31
3.1 ASPECTOS ATUAIS DA MESORREGIÃO OESTE.....	31
3.2 A COLONIZAÇÃO DA MESORREGIÃO OESTE.....	32
3.3 O INÍCIO DA AGROPECUÁRIA NA REGIÃO.....	34
3.3.1 Suinocultura	40
3.3.2 Avicultura	42
3.3 A AÇÃO DO ESTADO.....	43
3.4 CENTRALIZAÇÃO PRODUTIVA.....	45
3.5 CONCENTRAÇÃO PRODUTIVA.....	48
4 O AGRICULTOR FAMILIAR E O SISTEMA DE INTEGRAÇÃO: DEPENDÊNCIA E MIGRAÇÃO	50
4.1 DIFERENCIAÇÃO E EXCLUSÃO.....	52
4.2 A SITUAÇÃO DOS INTEGRADOS.....	56
4.3 ALGUMAS RAZÕES QUE EXPLICAM PORQUE OS AGRICULTORES PERMANECEM INTEGRADOS.....	59

4.4 OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS	62
4.4.1 Um Breve Olhar sobre a Migração	63
4.4.2 Procedimentos metodológicos adotados na análise	64
4.4.3 Resultados Observados	66
4.4.4 Principais Conclusões sobre os Fluxos Migratórios	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS.....	75
ANEXOS.....	80

1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

1.1 INTRODUÇÃO

A região Oeste de Santa Catarina tem merecido amplo destaque em termos agrícolas e agroindustriais, chegando a ser referenciada como maior complexo agroindustrial de carnes suínas e aves da América Latina e exemplo de um bem sucedido sistema de integração entre agroindústrias e agricultura familiar. Este modelo se configura como o responsável pelo sucesso econômico, mas também pelos crescentes problemas socioeconômicos e ambientais da região (MIOR, 2005).

O desenvolvimento econômico da mesorregião Oeste de Santa Catarina esteve, desde seu início, diretamente relacionado com atividades do setor primário. A existência de terras em abundância, relativamente baratas e com fertilidade natural facilitaram a colonização baseada em unidades familiares. Dessa forma, o modelo de estrutura agrária de minifúndios aliado a agricultura baseada em pequenas unidades familiares aparece como característica peculiar da região. Tal característica aliada ao potencial de produção da região possibilitou, na década de 60, a implantação de grandes agroindústrias (SILVESTRO, 1995).

Neste contexto, a agricultura foi submetida a intensos processos de transformação e reestruturação na produção agrícola regional. Essa reestruturação trouxe à tona uma nova forma de articulação entre empresas industriais e pequenos proprietários, o chamado Sistema Agroindustrial. Neste processo de expansão vertical, os integrados são produtores cujo processo de produção insere-se na lógica industrial, onde às agroindústrias cabe o fornecimento de matrizes, rações, assistência técnica, assim como o transporte da produção; enquanto aos agricultores cabem as instalações, a propriedade rural, a criação dos animais, a mão de obra empregada, além de obedecer rigorosamente às normas impostas no sistema (GRIEBELER, 2002).

Nos seus primeiros anos de existência, esse sistema tinha a imagem de garantia da venda da produção, uma espécie de proteção aos agricultores. O sistema se configurava como uma cooperação mútua, na qual o resultado da atividade familiar era repassado às agroindústrias, garantindo, aos primeiros, venda integral da produção, enquanto aos últimos,

obtenção da matéria prima. O que se via, então, era um padrão relativamente homogêneo de desenvolvimento rural e regional.

Contudo, no início da década de oitenta, com a maior exigência do mercado, a evolução da concorrência e a intensificação dos métodos de integração com a formação dos chamados Complexos Agroindustriais o quadro se altera, e de simples parceiro comercial as agroindústrias começam a interferir no processo produtivo das unidades familiares (GRIEBELER, 2002). Ao mesmo tempo, em função do progresso tecnológico, algumas atividades agrícolas sofreram incentivos creditícios, e uma parcela de pequenos agricultores pôde ampliar sua base produtiva, aumentando, assim, sua produtividade. Todavia, esse desenvolvimento teve caráter desigual e excludente, ao passo que não acolheu todos os agricultores, mas somente aqueles capitalizados, com algum montante mínimo de recurso financeiro ou ainda com uma espécie de garantia física inicial (SILVESTRO, 1995).

Dessa forma, modificam-se as relações entre produtores e mercado e o processo de concentração, seleção e exclusão de estabelecimentos ganha força. Sobre esse processo:

Suas estratégias de concentração e intensificação da atividade têm provocado exclusão de agricultores, degradação dos recursos naturais, especialmente da água e solo, e esvaziamento de comunidades rurais. O chamado processo de “expansão vertical” praticado pelas grandes agroindústrias pressupõe mecanismos crescentes de automação e redução de custos, obrigando à intensificação mais rápida da produção, aumentando a pressão sobre as unidades agrícolas familiares e, no limite, levando ao seu desaparecimento (SCHMIDT, 2003, p. 267).

A situação se configura, então, da seguinte maneira: de um lado, as agroindústrias em busca exclusiva de qualidade e produtividade, não mais pensando em parceiros; e de outro, os agricultores desprovidos de qualquer “proteção” e impossibilitados de se manterem isoladamente, devido ausência de recursos financeiros de fácil acesso e a distância dos mercados consumidores.

Nesta perspectiva, e se tratando de uma região com concentração produtiva, baseada principalmente em territórios agrícolas, onde a economia é intimamente dependente desse tipo de atividade, as oportunidades de empregos nos demais setores se tornam escassas. Ao mesmo tempo, a possibilidade de atividades ligadas ao campo por parte dos agricultores, que não a da integração agroindustrial, apresenta poucas probabilidades de êxito. (MIOR, 2005). Dessa forma, a situação se torna ainda mais difícil para aqueles menos capitalizados, chegando, em algumas situações, a ser insustentável. A exclusão se intensifica e o abandono da atividade acontece, culminando, muitas vezes, em êxodo rural.

Essa situação é corroborada pelo contínuo processo de evasão populacional pelo qual passa a maioria das cidades da região Oeste de Santa Catarina. A desagregação vinda das transformações na estrutura produtiva regional se relaciona intimamente com o movimento migratório observado (MATTEI; ALVES, 2006). A partir do momento que a agricultura familiar já não fornece bases de sustentação aos colonos excluídos do processo de integração, estes passam a buscar formas alternativas para seu sustento, tentando muitas vezes a vida na cidade ou em regiões distantes de seu local de origem.

Neste contexto, o estudo sobre a relação entre estrutura produtiva agroindustrializada e fluxos migratórios se justifica, primeiramente, pela relevância dessa atividade no desempenho econômico da região escolhida, cuja economia é dela dependente. E, em segundo lugar, pela característica histórica e preocupante da região em ser área de crescente esvaziamento populacional, baseada no êxodo rural e na incapacidade do meio urbano de absorver o contingente migrante.

Dessa forma, nos deparamos com uma relação íntima entre a formação do Complexo Agroindustrial e o aumento dos fluxos migratórios na mesorregião Oeste, que fazem da região um local de origem desses movimentos demográficos. O problema se expõe, então, na seguinte pergunta: de que maneira a formação dos Complexos Agroindustriais fazem com que os fluxos migratórios se intensifiquem?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a evolução do setor agroindustrial na mesorregião Oeste de Santa Catarina e suas relações com o crescente processo de abandono do meio rural.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Descrever a evolução histórica do sistema de produção agropecuário, ressaltando a formação do sistema agroindustrial;
- Analisar a parceria entre agroindústrias e produtor rural, evidenciando a alteração da lógica produtiva do Oeste Catarinense, selecionando e excluindo agricultores;
- Analisar os fluxos migratórios ocorridos na mesorregião Oeste de Santa Catarina no período de 2000 a 2008.
- Apontar os nexos causais existentes entre os movimentos de migração e a mudança ocorrida na estrutura produtiva da região.

1.3 METODOLOGIA

Segundo Gil (2002), quando se trata dos aspectos materiais da pesquisa, faz-se necessário limitar como serão feitas a coleta e o tratamento dos dados necessários à solução do problema já apresentado, assim como os procedimentos para que os objetivos sejam atingidos. Os métodos de abordagem se apresentam, então, como essenciais, na qual “[...] método científico pode ser entendido como ‘o caminho para se chegar à verdade em ciência’ ou como ‘o conjunto de procedimentos que ordenam o pensamento e esclarecem acerca dos meios adequados para se chegar ao conhecimento’” (GIL, 2002, p. 31).

À luz dessa conceituação, o estudo proposto neste trabalho se assenta no método analítico, que considera o objeto de pesquisa em suas partes e elementos internos e analisa fatores externos que lhe condicionam, ao passo que procura uma relação de causa e efeito, tornando mais clara a condição de sua existência (BOCCHI et al, 2004).

Neste contexto, o delineamento da pesquisa, que serve de suporte ao estudo, concentra-se numa revisão bibliográfica, seguida de uma coleta de dados estatísticos, ou, como classifica Gil (2002), uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa documental, respectivamente. A primeira tem por base fontes de materiais já elaborados, como livros, artigos e revistas. Esta etapa emprega a maior parte do estudo, já que fornece elementos para se atingir os objetivos quanto à descrição do Sistema de Integração entre agroindústrias e pequeno produtor rural, alteração da lógica produtiva e a relação dessa mudança com os movimentos migratórios existentes. Além de

compreender etapas de estudo como a evolução do Sistema Agroindustrial e a caracterização da região em estudo, Oeste de Santa Catarina.

A segunda pesquisa fica a cargo da pesquisa documental, baseadas em fontes que não recebem tratamento analítico, como é o caso dos dados censitários. Entra nesta etapa a validação numérica da real existência dos fluxos migratórios e a descrição de sua verdadeira extensão, já que para tal se faz necessário o uso de dados estatísticos referentes aos anos entre 2000 e 2008, extraídos de fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e demais órgãos de pesquisa.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, sendo o primeiro esta introdução. No segundo capítulo são tratados assuntos de ordem teórica, como a questão agrícola e agrária, uma breve contextualização de como a agricultura brasileira evoluiu desde seu início e como se deu a formação do Sistema Agroindustrial em nosso país. Ainda no segundo capítulo, aborda-se a relação deste novo padrão agroindustrial com os pequenos agricultores familiares.

O terceiro capítulo, por sua vez, é voltado para a mesorregião Oeste de Santa Catarina. Nele se vê os principais aspectos da colonização local, enfatizando a interferência da tradição e dos colonos gaúchos no início da prática da agricultura. Este capítulo apresenta ainda como a criação de suínos e, posteriormente, de aves ganham espaço na pauta agrícola da região. Além disso, aponta como o Sistema Agroindustrial molda e interfere em tais culturas, centralizando e concentrando capitais.

O quarto capítulo evidencia o lado do agricultor perante a dependência criada sobre a nova lógica industrial. Aborda a situação daqueles agricultores que se adaptaram ao sistema e por isso são chamados de “integrados”, e daqueles menos favorecidos física e economicamente, os “excluídos”, que acabam, muitas vezes, por abandonar a atividade do campo. Esta situação de êxodo é, então, aberta para comprovação numérica, onde se analisa o fluxo migratório da mesorregião Oeste Catarinense.

O ultimo capítulo por fim, apresenta as principais conclusões do trabalho, evidenciando os possíveis nexos causais entre a formação do Sistema Agroindustrial e o aumento dos fluxos migratórios partindo do Oeste Catarinense.

2 AGRICULTURA E AGROINDÚSTRIA NO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

2.1 QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO AGRÍCOLA NA ECONOMIA BRASILEIRA

A prática da agricultura no Brasil é, historicamente, um dos principais pilares da economia. Desde seu início, as atividades produtivas tiveram foco na agricultura. A produção dos latifúndios era voltada para a exportação e o produto mudava conforme interesses da metrópole: primeiramente o açúcar e, no fim da escravidão, o café (GRAZIANO DA SILVA, 1985). Com o passar dos anos, a evolução da agricultura se mostrou dinâmica e cada vez mais industrializada, se adequando às limitações tanto naturais, quanto econômicas, políticas e sociais.

Todavia, por se tratar de um país amplo territorialmente e com elevado contingente populacional, essa adequação acabou por promover a heterogeneidade estrutural e aprofundou as desigualdades sociais. As políticas voltadas para a agricultura se tornam mais corriqueiras, ao passo que nos anos cinquenta e, posteriormente, nos anos oitenta, tornam-se alvo de debates levando a mudanças produtivas as quais fizeram emergir uma nova realidade rural no país.

Em referência a esse tema, contudo, é comum a confusão entre questão agrária e questão agrícola. Em 1962, Ignácio Rangel introduziu esse tema e sua real distinção. Para ele, o setor agrícola, à medida que avançasse a industrialização, teria que aumentar sua produção, ao passo que necessitaria de determinada quantidade de mão-de-obra. Caso a produção agrícola não fosse suficiente, ter-se-ia uma crise agrícola; caso a mão-de-obra fosse abundante ou escassa em função das quantidades exigidas para a expansão industrial, ter-se-ia urbanização exagerada ou insuficiente, o que se configuraria uma crise agrária (GRAZIANO DA SILVA, 1985).

Resgatando tais idéias, Graziano da Silva (1985) esclarece ainda mais as duas questões:

[...] a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz. [...] [na primeira] as variáveis importantes são as quantidades e os preços dos bens produzidos, [...] [na segunda] a maneira como se organiza o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais; a

produtividade das pessoas ocupadas no campo, etc (GRAZIANO DA SILVA, 1985, p. 11).

Mesmo sendo notável tal distinção, na realidade as duas questões não são tão distintas a ponto de serem separadas. Elas são internamente relacionadas, podendo ocorrer simultaneamente, de forma harmônica ou não.

Nesta perspectiva, desde os anos cinquenta, as análises sobre o desenvolvimento da agricultura mostravam essas duas faces. De um lado apareciam os defensores da questão agrícola e a necessidade da modernização da agricultura, na qual a produtividade da terra e do trabalho se elevaria com a incorporação de insumos, máquinas e técnicas modernas de condução, ao passo que, a exemplo do modelo americano, somente esse tipo de melhoramento traria aumento na renda dos agricultores. Por outro lado, também com base no modelo americano - onde a agricultura tornou-se uma indústria tão especializada como as demais - estavam os estruturalistas e a questão agrária. Para eles, o assunto se centra numa mudança estrutural que refletiria amplamente o desenvolvimento econômico e não meras alterações nas práticas produtivas (GONÇALVES, 1999).

Posto, mesmo que de forma sucinta, o debate da época sobre a crescente e visível industrialização do país, parte-se para a exposição da evolução histórica pela qual passa a agricultura brasileira, a fim de observar quais as formas que ela assume com as transformações capitalistas. Vale antes destacar, que esta etapa de descrição da agricultura é parte da análise das mudanças na produção brasileira, fazendo parte, então, da questão agrícola de nosso país. Todavia, não se pode esquecer que junto desta há a questão agrária, ou seja, as transformações ocorridas nas relações de produção fruto dessas mudanças. Deste modo, a análise da próxima sessão não se dará de forma separada, mas feita de tal modo que o resultado da conjunção das duas seja explicitado.

2.2 EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Para explicar o desenvolvimento agrícola, parte-se de uma particularidade própria desse tipo de produzir: a terra, seu principal meio de produção. Ao contrário das máquinas e equipamentos, a terra não constitui algo suscetível de ser multiplicado ao livre arbítrio do

homem e, por este motivo, a forma de sua apropriação histórica constitui elemento relevante no desenvolvimento das relações capitalistas no meio rural brasileiro.

Adentrando neste tema, vê-se que “a propriedade fundiária constitui o elemento fundamental que separava os trabalhadores dos meios de produção na agricultura brasileira” (GRAZIANO DA SILVA, 1985, p. 22). Dessa forma, o início da colonização brasileira se deu pela distribuição, por parte do governo português, de grandes extensões de terra a particulares, denominadas sesmarias, que, com o tempo, passaram a suprir a escassez da mão-de-obra com escravos negros.

Por volta de 1850, a cultura do café começa a ser difundida internamente e a Lei de Terras vem como garantia, por parte do governo, de uma produção promissora. As terras devolutas passam a ser propriedade do Estado, que as leiloarias, impossibilitando a aquisição de terras por imigrantes estrangeiros e garantindo, dessa forma, a mão-de-obra necessária para a produção cafeeira.

A partir de 1888, ocorre a decadência do sistema latifúndio-escravista, ao passo que começa a se consolidar pequenas fábricas de artigos como chapéus, louças e tecelagem, servindo para fortalecimento dos primeiros centros urbanos brasileiros. Embora de forma tímida, tal fato pode ser considerado um princípio de industrialização, onde a produção mercantil começa a fugir das grandes fazendas de café. O latifúndio, por sua vez, intensifica-se em monopolizar a produção desse artigo destinado à exportação, peculiaridade bem sucedida por um longo período, até que a crise de superprodução dos anos trinta aliada a Grande Depressão no cenário internacional mudam esse quadro.

No período subsequente, que vai até 1955, a economia brasileira começa a se voltar para dentro. A partir daí, depara-se com um mercado interno frágil e estagnado ou praticamente inexistente, como classifica Graziano da Silva (1999), ou seja, “a divisão social do trabalho era muito incipiente, as atividades agrícolas e manufatureiras (num sentido amplo) encontravam-se, ainda, indissolúvelmente ligadas, e grande parte dos bens produzidos nas fazendas só tinham valor de uso, não se destinando ao mercado” (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 89).

Ao mesmo tempo há uma transição paulatina da economia, na qual o setor industrial vai entrando em cena, deslocando o antigo eixo econômico.

Tem-se, então, um sistema econômico dominado pelo capital industrial, tanto em termos de acumulação como de contribuição para o crescimento do PIB. [...] não há dúvida de que a acumulação de capital industrial passa a revolucionar o comércio e as comunicações, acelerando a dependência da agricultura e, em algumas regiões dos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul (café, cana e algodão naquele, e

arroz e trigo neste último) observa-se um esboço da aplicação da ciência moderna na agricultura (MÜLLER, 1989, p. 29-30).

A transição observada carregava consigo a idéia de que aquela estagnação do mercado interno em relação à produção agrícola era um grande obstáculo ao crescimento contínuo da economia brasileira. Dessa forma, a oferta interna de alimentos deveria ser assegurada para que a indústria alcançasse o sucesso esperado (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

É nesse clima que se inicia o Plano de Metas de Juscelino Kubistchek, onde a industrialização por substituição de importações se intensifica, privilegiando a indústria pesada no país. Contudo, o investimento previsto para a industrialização não agregou a zona rural, de tal forma que não alterou de maneira significativa o modo peculiar de se produzir. Além de prejudicar, de certa forma, o trabalhador do campo e a produção agrícola.

No período mencionado [da década de 30 ao início da década de 60], a agricultura ficou à margem do processo de industrialização, com mercados e estruturas regionais fortemente alicerçados. Houve importações de tratores e fertilizantes, mas dirigidos a regiões bem delimitadas, sendo seu impacto marginal frente ao predomínio do modo tradicional de produzir. Afora cana-de-açúcar, café, algodão, trigo e cacau, que gozaram de privilégios creditícios por parte do Estado, toda a agricultura de abastecimento sofreu desconhecidos prejuízos decorrentes do tabelamento sistemático dos preços nos mercados terminais. Além disso, a agricultura de exportação sofria cortes em virtude da política cambial. No final dos anos 50 e início dos anos 60, não restava dúvidas de que a economia estava submetida nacionalmente à dinâmica industrial e, por outro lado, a forma tradicional de produzir no campo revelava seus limites, que não eram superados de todo com o avanço da fronteira (MÜLLER, 1989, p. 32).

No início dos anos sessenta, a situação industrial brasileira tem outra face e, dessa forma, se inicia, de fato, o que se costuma chamar de industrialização da agricultura. Nesta época, instalam-se indústrias de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas.

[...] a partir da constituição desses ramos industriais no próprio país, a agricultura brasileira iria ter que criar um mercado consumidor para esses 'novos' meios de produção. Para garantir a ampliação desse mercado, o Estado implementou um conjunto de políticas agrícolas destinadas a incentivar a aquisição dos produtos desses novos ramos da indústria, acelerando o processo de incorporação de modernas tecnologias pelos produtores rurais. A industrialização da agricultura brasileira entrava assim numa outra etapa (GRAZIANO DA SILVA, 1985, p. 28).

O crédito rural foi, sem dúvidas, um elemento chave para tal industrialização. O sistema montado a nível nacional para subsidiar custeios e investimentos serviu como alavanca da modernização da agricultura. O mérito de tal política, contudo, concentra-se na região Centro-Sul do país, privilegiando os grandes produtores rurais em detrimento dos

pequenos, o que acabou por contribuir para os problemas sociais advindos posteriormente à industrialização (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

O processo de mudança que se iniciou na economia brasileira por volta da década de 1960, não alterou somente as estruturas agrícolas, intensificou um processo já conhecido na história brasileira: a concentração de terras. O quadro brasileiro depois de 1960 ficou configurado na separação distinta de três grandes regiões: o Centro-Sul e a modernização da agricultura; o Nordeste e a inexistência de transformações e; a Amazônia e a zona de expansão da fronteira agrícola. Isso acontece, segundo Graziano da Silva (1985), porque em épocas de prosperidade da atividade econômica as pequenas propriedades inseridas nos centros de maior desenvolvimento capitalista são engolidas pelos grandes e bem-sucedidos estabelecimentos agropecuários, forçando os pequenos a migrar para a fronteira. Em contrapartida, em épocas de retração do ciclo, as pequenas propriedades ganham espaço, mesmo que de forma limitada e não muito significativa, já que as grandes procuram reduzir seus custos variáveis e os riscos da atividade, retraindo-se.

Como a economia brasileira passava por uma época favorável, o movimento se deu de forma a concentrar as áreas fundiárias e expandir a fronteira agrícola. Neste contexto, “[...] milhares de pequenos posseiros, parceiros, arrendatários e mesmo pequenos proprietários que iam perdendo as terras que possuíam não tiveram nova oportunidade na agricultura, [...] tiveram que se mudar para as cidades em busca de uma nova maneira de ganhar a vida”. (GRAZIANO DA SILVA, 1985, p. 38). Logo, a urbanização se acelerou fortemente nestas duas décadas, reduzindo o número de famílias ocupadas no meio rural.

Este aparente problema social na verdade surgiu como alimentador interno da própria indústria nacional. Longe do campo, os pequenos agricultores já não possuíam a produção de subsistência, tendo, assim, que adquirir na cidade os artigos que necessitavam. Além disso, esse incremento na demanda por produtos industrializados fez com que parte das fazendas produzisse para atender tal demanda, deixando de lado o mercado externo. Houve ainda, com o passar do tempo, a especialização da produção, tanto no sentido de se particularizar em uma determinada cultura, quanto de se centrar somente na produção, buscando nas demais indústrias as máquinas, instrumentos, adubos, animais necessários à produção, bem como alimentos aos seus trabalhadores.

Dessa forma, criou-se, mesmo que indiretamente, um mercado interno para garantir o consumo dos bens oriundos das indústrias nascentes, instituindo uma rede de alimentação mútua entre elas. Por outro lado, a agricultura já apresenta outra configuração:

A agricultura já perdera a auto-suficiência de que dispunha no complexo rural para produzir os próprios meios de produção de que necessitava e os bens de consumo final; já deixara de produzir valores de uso para se dedicar a uma atividade específica, determinada, que produz mercadorias, ou seja, valores de troca. E, agora, a agricultura passa a operar como se fosse ela mesma uma indústria de um ramo qualquer da produção: ela não apenas compra a força de trabalho e os insumos que necessita de certas indústrias como também vende seus produtos, os quais se converteram, em sua grande maioria, em matérias-primas para outras indústrias. O processo produtivo perde aquelas características artesanais próprias de atividades camponesas e passa a exibir uma divisão do trabalho crescente, como na fase da manufatura e da grande indústria (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 90).

Nos anos setenta, sem o aparecimento de nenhuma política estatal ativa para conter a crescente urbanização, a miséria e a desigualdade se tornam cada vez mais expressivas. O que há de novo aqui, seguindo a linha de Graziano da Silva (1985), é a existência de três fatos novos: o fechamento das fronteiras agrícolas; a acelerada modernização do Centro-Sul; e o aumento do monopólio no campo. O primeiro compreende o padrão de crescimento da nossa agricultura e a sua suposição de que havia de fato uma fronteira em expansão. Esta fronteira conferia ao modelo agrícola, além da incorporação de novas áreas para a produção, a orientação para os fluxos migratórios, a válvula de escape das tensões sociais no campo e o armazém de gêneros alimentícios básicos. O fechamento de que se fala, refere-se à falta de espaços a serem ocupados pelos pequenos trabalhadores de subsistência, especialmente após colonização da Amazônia, que culminou em terras apropriadas nem sempre para a produção, mas sim como reserva de valor, como uma mercadoria.

O segundo fato, a modernização do Centro-Sul, diz respeito não à modernização em si, mas a sua peculiaridade em ser parcial. Parcial porque se restringe a alguns produtos e regiões, e porque atingiu apenas algumas fases do ciclo, como a colheita de algumas culturas. Essa característica acentua as disparidades regionais e provoca sazonalidade da mão-de-obra agrícola conforme a fase da colheita. Já o terceiro fato, compreende a presença de grandes capitais no campo, aumentando a concentração fundiária e expropriando pequenos produtores. Nesta época, a expansão atingiu em especial os estados de Goiás, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Como fator central da década de setenta, mesmo sendo iniciado na década anterior, tem-se um fenômeno que mais tarde toma conta da agricultura e se torna inerente a ela: a integração indústria e agricultura. Essa relação é caracterizada por “empresas e grupos econômicos que influenciam poderosamente a dinâmica das atividades agrárias, com profundas repercussões em suas estruturas” (MÜLLER, 1989, p. 34). O Sistema

Agroindustrial, expressivo também na década posterior, promove a modernização da agricultura, alterando suas bases e mecanismos.

Os vinte anos que vão de 1960 a 1980 são, dessa forma, fortemente influenciados por essa mudança na estrutura de produção promovida pela integração indústria e agricultura. Associam-se também políticas estatais de incentivo a tal prática, viabilizando a industrialização da agricultura e os setores industriais a ela ligados. Além disso, a modernização da base técnica promovida abre espaço para o desenvolvimento do mercado interno, uma vez que os elementos anteriormente adquiridos dentro da própria estrutura produtiva dos agricultores, agora são comprados dentro e fora do setor agrícola.

2.3 O SISTEMA AGROINDUSTRIAL

A expansão da agricultura brasileira no decorrer dos anos acabou por gerar uma reprodução ampliada do capital, alterando a base técnica dos meios de produção empregados, ao passo que se integrava, a montante e a jusante, criando cadeias produtivas praticamente indivisíveis. Neste sentido, a formação de um Sistema Agroindustrial, ou também chamado de Complexo Agroindustrial, constitui a base de tais movimentos.

Nesta perspectiva, Sistema Agroindustrial pode ser definido como “[...] um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais” (MÜLLER, 1989, p. 45). Ou ainda:

[...] unidade de análise do processo sócio-econômico que envolve a geração de produtos agrícolas, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para a agricultura, os serviços financeiros, técnicos e comerciais correspondentes, e os grupos sociais (MÜLLER, 1989, p. 46).

Para Delgado (1990 apud GRIEBELER, 2002), essa integração entre indústria e agricultura significa a implantação de um setor industrial fornecedor de bens de produção específicos para a agricultura, que desenvolve e moderniza um mercado para produtos industrializados de origem agropecuária. Essa agricultura que se moderniza transforma sua própria base técnica, ao passo que a sua reprodução passa a depender menos dos recursos naturais e dos meios de produção manufatureiros, enquanto se unifica cada vez mais com os meios de produção gerados em um setor especializado da indústria.

Gonçalves (1999) acrescenta que as mudanças no espaço produtivo geraram profundas reordenações, na qual a integração foi tamanha que a delimitação de onde começa a agropecuária e onde termina a indústria de insumos e o processamento é tarefa arriscada.

É na década de setenta, portanto, que este novo modelo de produção se assenta plenamente, ao passo que a interdependência entre indústria e agricultura é tão sentida que o antigo caráter autônomo da agricultura, assim como a capacidade decisória dos grupos sociais rurais, se abala e perde força. Dessa forma, muda-se o modo até então predominante de se produzir, combinando elementos antigos como terra e trabalho aos insumos e serviços industrializados.

O novo modo de produzir se associa à formação, ao desenvolvimento e à ligação de três setores chaves: a agricultura; as agroindústrias; e a indústria para agricultura. Dessa forma, o Sistema Agroindustrial abrange a agricultura vinculada duplamente com a indústria: com àquela responsável pelas máquinas e insumos e com àquela processadora/beneficiadora de matérias-primas agrícolas, ou seja, indústria para a agricultura, e agroindústria, respectivamente.

No que se refere à indústria para a agricultura, esta tem a particularidade de exprimir o caráter nacional nas mudanças, justamente o elemento que lhe faltava à década anterior, constituindo-se como “[...] unidades de capital oligopolizadas cuja estratégia de acumulação tem o mercado nacional como horizonte” (MÜLLER, 1989, p. 61). Esclarecendo melhor essas duas indústrias, tem-se que a indústria para a agricultura se refere à integração a montante, com o fornecimento de bens de produção, como máquinas, equipamentos e produtos químicos. Enquanto a agroindústria, uma integração à jusante, refere-se a:

[...] uma unidade processadora com elevado investimento de capital fixo em face dos demais segmentos da cadeia produtiva e, nesse sentido, determina a dinâmica de todo o processo produtivo, constituindo-se no núcleo indutor do progresso tecnológico ao procurar reduzir riscos e garantir fluxos de produção regulares de matéria-prima, além de um nível de qualidade compatível com elevada produtividade e homogeneidade do produto final (GONÇALVES, 1999, p. 30-31).

Segundo Müller (1989), o processo mútuo de dependência entre a agricultura e essas duas esferas atinge resultados distintos conforme seu foco. Se a interdependência entre agricultura e indústria para a agricultura for intensa, verifica-se um processo de industrialização da agricultura. Caso a interdependência se dê entre agricultura e indústria processadora/beneficiadora, tem-se um processo de agroindustrialização. Neste sentido, a modernização agrária se dá por meio da interação entre industrialização do campo e

agroindustrialização. Todavia, esses fenômenos podem acontecer separadamente, ou seja, ocorrer industrialização de uma dada cultura agrícola sem que ocorra a agroindustrialização de seu produto, ou ainda, ocorrer a agroindustrialização sem a industrialização do produto agrícola.

Na década de oitenta, esse processo se consolida. O cenário, então, se configura pela ampliação da concentração fundiária, pela queda do nível de renda dos agricultores e trabalhadores rurais e pela redução do nível de emprego agrícola. Em meados de 1985, parte da produção agrícola se volta quase que exclusivamente para o mercado externo, contrariando a tendência até então vigente de abranger os mercados interno e externo conjuntamente (com exceção do café e do suco de laranja). Isso se deu em consequência de políticas de câmbio e de salários por parte do governo. Esses ajustes recessivos permitiram que o mercado externo ganhasse boa parte do destino de determinadas produções, geralmente os produtos processados agroindustrialmente e não produtos *in natura*, alvo do mercado interno. (PAULILLO, 2001).

Como se vê, o dinamismo da agricultura não se generalizou, ao passo que não abrangeu todo o contingente agrícola, nem foi capaz de esconder a grande parcela da agricultura não integrada, deixando pra trás regiões e populações rurais atrasadas, em situação de pobreza e subnutrição. Todavia, esse processo, mesmo agravando problemas estruturais brasileiros, é visto como uma tendência dominante, não somente no Brasil, como nos demais países produtores de bens rurais. Sendo assim, as peculiaridades internas regularam o grau de expansão dos setores industriais e agrícolas, assim como a dinâmica de acumulação desses ramos.

Embora o desenvolvimento do Complexo Agroindustrial se apresentasse como uma ‘fatalidade histórica’ do desenvolvimento econômico brasileiro, as formas específicas que ele adquiriu são produto do contexto político-econômico reinante nas duas últimas décadas [sessenta a oitenta]. Assim, a imposição de uma tecnologia importada, nem sempre adequada às condições ecológicas, o privilegiamento de certo tipo de maquinaria e insumos e o ritmo geral de expansão do complexo agroindustrial não podem ser dissociados da abertura econômica da economia ao capital estrangeiro, à estrutura de distribuição de renda, aos subsídios estatais ao crédito agrícola e à repressão política reinante no período (SORJ, 1980, p. 34-35).

Geraldo Müller (1989) acrescenta ainda que:

Face à massa de necessidades e interesses de corte industrial que perpassa a todos os setores do CAI [Complexo Agroindustrial] brasileiro, não parece exagero afirmar que o seu processo de industrialização é a tendência predominante. E pode-se avançar ainda mais: é irreversível. Trata-se, ademais, de industrialização no sentido moderno do termo, vale dizer, difusão do atual progresso técnico, elevação das

concentrações técnicas e, sobretudo, econômicas dos capitais, acentuando a distinção entre grandes e pequenos capitais (MÜLLER, 1989, p. 43).

Um apanhado geral das últimas décadas indica, primeiramente, permanência desse Sistema Agroindustrial e seu aparente dinamismo. Uma segunda aproximação, contudo, nos traz o caráter discriminador e excludente do processo aliado à falta de políticas públicas ativas voltadas para a solução da questão agrária nacional. Vê-se que as políticas governamentais, quando existiram, foram voltadas à solução da questão agrícola e alcançaram sucesso no que se refere a ganhos de produção e produtividade. Todavia, pelo caráter parcial desse sistema e pela inercialidade do governo, o mesmo sucesso não foi obtido quando se refere à questão agrária. Conforme citado anteriormente, a questão agrária envolve variáveis como organização do trabalho, produção, nível de renda, volume de emprego e produtividade das pessoas ligadas ao meio rural. É nesta direção que a sessão seguinte tenta seguir, evidenciando os laços entre o Sistema Agroindustrial e a agricultura familiar.

2.4 A RELAÇÃO AGRICULTURA FAMILIAR E SISTEMA AGROINDUSTRIAL

Ao falar de agricultura familiar, faz-se referência às unidades produtivas na qual os próprios agricultores são proprietários dos meios de produção e a mão-de-obra empregada vem essencialmente da família, sendo o número de trabalhadores contratados fora do vínculo familiar baixo ou nulo (VÊNANCIO, 2007). Na lógica da agricultura familiar, parte da produção é destinada à subsistência da família e o excedente, geralmente pequeno, é comercializado.

Desde suas primeiras aparições, essa cultura tem como característica peculiar as inúmeras formas que assume: “o morador, o agregado, o colono, o posseiro, o meeiro, o pequeno arrendatário, o camponês-proprietário, etc.” (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 140), são todos exemplos da agricultura familiar, trabalhadores que possuem, direta ou indiretamente, acesso à terra, onde cultivam seus produtos baseados na pequena produção de laços familiares. Todas essas formas assumidas pela agricultura familiar se atrelam a uma característica central: a produção de subsistência, “[...] em que a transformação e beneficiamento dos produtos visa, sobretudo, satisfazer as necessidades de consumo da família.” (MIOR, 2005).

Segundo Graziano da Silva (1999), há ainda quatro características peculiares da ocupação dos membros que compõem a pequena produção familiar. A primeira delas se refere ao trabalho acessório fora da unidade familiar, normalmente algum trabalho temporário com o objetivo de complementar a renda familiar. A segunda característica menciona as longas horas de trabalho combinadas com a subocupação, uma vez que para se manter viável numa agricultura desenvolvida a pequena produção necessita de mais horas de trabalho dos seus componentes. Alia-se a tal, o fato da falta de recursos modernos que acaba por subocupar os membros devido à insuficiência dos recursos de que dispõem. Já a terceira delas corresponde às baixas rendas geralmente associadas a esse tipo de produção, principalmente em regiões como Nordeste, aonde esta vem acompanhada de uma vasta população pobre. Por fim, a quarta característica faz referência à baixa produtividade, fruto, principalmente, do baixo coeficiente de tecnologia empregada. Nesta lógica, respeitando tais características, a produção de base familiar rural contribui para manter as pessoas ocupadas no campo, ao passo que garante renda no meio rural.

Ao mesmo tempo, a produção desse tipo de agricultura se concentra em insumos básicos, que garantem não só a reprodução da própria família que reside no campo, como a da população da cidade que consome seu excedente. Quando isso acontece, ao ofertar seus produtos excedentes, mesmo sendo em menor escala, seja à cidade, ou aos comerciantes, os agricultores familiares se subordinam ao capital e mantêm relações fora do campo.

Todavia, esse caráter de subsistência atrelado à pequena produção vai sendo desvinculado a partir do avanço da industrialização na agricultura. Pensava-se, nessa época, que a pequena produção se extinguiria, que o urbano tomaria conta do rural, que a industrialização seria tamanha que não haveria espaço para o pequeno produtor. Contudo, os fatos nos mostram que essa hipótese não se concretizou. O que aconteceu foi uma redefinição da agricultura familiar, a fim de que esta se adequasse à nova realidade, e não uma anulação total dessa forma de produzir.

Essa redefinição, acompanhada pela incorporação de novas bases técnicas e a integração com demais setores industriais, fez com que os pequenos produtores sentissem dificuldades financeiras de continuar em sua antiga forma de produção. Fatores externos, como a falta de políticas públicas, que geralmente se voltavam aos interesses das oligarquias fundiárias; o baixo valor agregado de seus produtos; a falta de sucessão familiar no campo; a concorrência intensa de produtos industrializados; além de efeitos climáticos e acúmulo de dívidas, vieram a prejudicar a agricultura familiar ao longo dos anos e corroboraram para a difícil situação dos pequenos agricultores.

Neste contexto, as agroindústrias aparecem com uma solução objetiva para as incertezas de se trabalhar no campo: uma relação contratual entre agroindústria e pequeno produtor rural, um acordo mútuo que prevê garantia de compra da produção e proteção aos agricultores.

Essa forma de articulação da pequena produção com o grande capital se estabelece, basicamente, a partir de relações de um mercado monopsonio ou de um oligopsonio fortemente concentrado, em que o comprador impõe as regras da comercialização e, por vezes, até mesmo da produção (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 148).

Ou seja, a redefinição sofrida na agricultura trouxe uma nova relação de mercado, onde a característica central é a existência de muitos vendedores, enquanto há somente um, (monopsonio) dois ou três compradores (oligopsonio fortemente concentrado).

A partir dessas mudanças, o pequeno proprietário também se vê compelido à readequação e passa a se articular de maneira a se associar, seja com o grande capital agroindustrial, seja com os próprios agricultores, a fim de buscar a proteção de que necessita. A respeito do assunto, Graziano da Silva (1999) nos mostra três opções na qual se depara o pequeno proprietário:

a) Uma relação de compra, onde os preços e condições de pagamentos são pré-fixados mediante contrato, não interferindo, contudo, na esfera da produção.

Esse cenário é típico da agroindústria vinícola e da cana-de-açúcar, sendo seus contratos, mesmo sem abranger o processo e organização do trabalho, mais vantajosos às agroindústrias do que ao camponês. Geralmente, as pessoas envolvidas nessas culturas mantêm também uma produção própria voltada para sua subsistência. Quanto às inovações, estas são escassas e definidas pelas necessidades e tempestividades do solo, ou seja, para “[...] repor a fertilidade do solo já desgastada; [...] facilitar a utilização da força de trabalho familiar; e garantir o produto comercial contra pragas e doenças” (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 148-149). Dessa forma, a inovação, quando acontece, é subsidiada por crédito governamental, servindo também para compra de insumos químicos.

b) Uma relação de subordinação às cooperativas.

Essa forma de articulação se baseia na união de pequenos trabalhadores em mesma condição a fim de obter maior poder de barganha perante o mercado. Dessa forma, tornam-se sócios de uma cooperativa, para qual repassam sua produção. Neste caso, o repasse tecnológico acontece em maior escala e maior velocidade.

O mecanismo de extração do excedente se dá tanto via garantia de um preço médio de mercado em contraposição às grandes oscilações típicas desses produtos

altamente perecíveis e/ou de oferta muito sazonal, como também pela venda de insumos, uma vez que a compra em grande escala pela cooperativa lhe propicia significativa redução nos preços de revenda aos associados. A cooperativa cuida para que o associado “não perca tudo”, ao custo de evitar que tampouco se ganhe muito, reproduzindo, assim, as unidades camponesas num ritmo crescente de tecnificação (LOUREIRO, 1981 apud GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.151).

Essa articulação é típica dos hortifrutigranjeiros e não exclui a dependência e subordinação a uma organização maior, uma vez que as cooperativas estão próximas a serem empresas monopsônicas e monopolistas, que agem como únicos compradores perante vários vendedores e detém a maior parcela do mercado que atuam, respectivamente. A diferença se centra no fato do agricultor ser também um sócio, dando um caráter mais democrático ao processo, mesmo que de forma aparente (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

c) Uma relação de compra onde a imposição não recai somente nos preços e condições de pagamento, mas interfere também na maneira de produzir das unidades rurais.

Tal articulação se configura pela venda, por parte dos pequenos agricultores, de sua produção para uma grande agroindústria, mediante contrato com cláusulas específicas que discriminam as práticas produtivas a serem adotadas.

Essa relação contratual, conhecida como “contrato de integração”, estabelece uma relação que possibilita a inserção do integrado ao mercado. Segundo Griebeler (2002), tendo por base um contrato do setor de avicultura apresentado por Waintuch (1995), as agroindústrias se comprometem a fornecer as matrizes e rações; proporcionar assistência técnica; transportar a produção, seja de forma terceirizada ou interna; determinar o preço do bem final; além de comercializar o produto. Já os produtores se comprometem a cumprir rigorosamente às normas, sujeitos a rescisão de contrato; permitir livre acesso dos técnicos da empresa à produção e instalações; arcar com custos referentes ao tratamento e cuidados com os animais ou lavouras; oferecer mão-de-obra necessária e seus respectivos encargos sociais, seja ela familiar ou não; além da criação e entrega em prazo pré-determinado pela agroindústria.

Nessa lógica, as agroindústrias optam pela integração como maneira de obter matéria-prima a um custo menor, já que não necessitam de investimentos em instalações, terras e mão-de-obra. Dessa forma, a matéria-prima é obtida em quantidade, qualidade e tempo adequado ao ritmo do processo produtivo, possibilitando a adaptação às condições instáveis de mercado. Pela ótica dos agricultores, a integração se mostra como benéfica ao passo que garante o escoamento de toda a produção, além de maior facilidade ao crédito, incorporação de

tecnologias de forma mais rápida e a menor suscetibilidade às oscilações do clima e mercado (FERREIRA, 2003 apud GOMES; GOMES, 2008).

A princípio, esse tipo de associação se parece intimamente com a primeira articulação aqui citada, onde a garantia de haver o produto beneficia tanto a quem compra, como a quem vende. Contudo, os anos oitenta trazem consigo um maior grau de concorrência, além de exigências de mercado e a própria disseminação desse método de integração. As agroindústrias, respondendo às exigências do mercado, procuram cada vez mais a produtividade. Essas passam então a ter a opção de selecionar os agricultores considerados “melhores”, em função da ampla quantidade que estes aparecem no mercado, uma vez que os agricultores não encontram outra opção mais lucrativa para vender seus produtos. O processo de seleção, geralmente, contempla aqueles produtores que lhe oferecem matéria-prima em maior quantidade, geralmente os mais capitalizados e de maior porte. O contrato, que tinha a imagem de ganho mútuo, passa a favorecer mais um lado. Dessa forma, o processo de concentração, seleção e exclusão dos produtores se inicia. (SILVESTRO, 1995).

Inseridos nesse acordo industrial, o pequeno produtor deixa de ser produtor de subsistência, e passa a produzir essencialmente para o mercado. A dominação do grande capital no campo, a jusante e a montante, deixa-o sem muitas opções a não ser se integrar às agroindústrias. Dessa forma, mesmo tendo como garantida a venda de sua produção, a renda do produtor rural fica duplamente comprometida, já que o mercado de insumos é controlado por grandes vendedores, que imprimem altos custos ao consumidor e o mercado de venda da produção é composto por poucos compradores, oferecendo baixas remunerações (GRAZIANO DA SILVA, 1985). Logo, a situação dos pequenos agricultores familiares, integrados ou não, sofre alterações que o deixam dependentes e subordinados a uma lógica industrial maior, da qual eles não têm representatividade suficiente para alterá-la.

Este tipo de relação pequeno produtor rural e agroindústria é mais expansiva na produção de aves e suínos. Por ser peculiar à mesorregião Oeste de Santa Catarina, da qual a agricultura é a principal atividade econômica, tal relação, assim como suas implicações, efeitos e posteriores impasses, será o foco dos capítulos posteriores.

3 A AGROPECUÁRIA NA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE

A mesorregião Oeste Catarinense tem se destacado no que se refere à produção nacional de aves e suínos. Foi apontada, recentemente, como maior complexo agroindustrial da América Latina nesses dois ramos, exemplo na qual a introdução da lógica industrial na produção foi bem sucedida, com merecido destaque à integração agroindústria e agricultura familiar (MIOR, 2005).

Como reflexo do que acontecia no cenário nacional, a década de sessenta foi crucial para tal evolução. Iniciou-se nessa década a reestruturação do processo de produção agropecuária, principalmente na avicultura e na suinocultura. O esclarecimento de como essa evolução ocorreu, assim como as particularidades da região, será foco desse capítulo.

3.1 ASPECTOS ATUAIS DA MESORREGIÃO OESTE

Território catarinense que compreende aproximadamente 25 mil quilômetros quadrados, delimitado ao sul pelo Rio Grande do Sul, ao norte pelo Paraná, a oeste pela Argentina e a leste pela região do Planalto de Santa Catarina, recebe o nome, assim intitulado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de Mesorregião Oeste. Tal mesorregião se localiza, como o próprio nome diz, a oeste do Estado de Santa Catarina, sendo uma das seis mesorregiões que compõe o Estado, como mostra a figura 1.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Estatística e Pesquisa, a mesorregião Oeste contava, em 2008, com 118 municípios, que, juntos, chegavam a quase 1.200.000 habitantes, 19,78% da população total de Santa Catarina. Esses municípios se distribuem em cinco microrregiões: São Miguel do Oeste; Chapecó; Xanxerê; Joaçaba; e Concórdia.

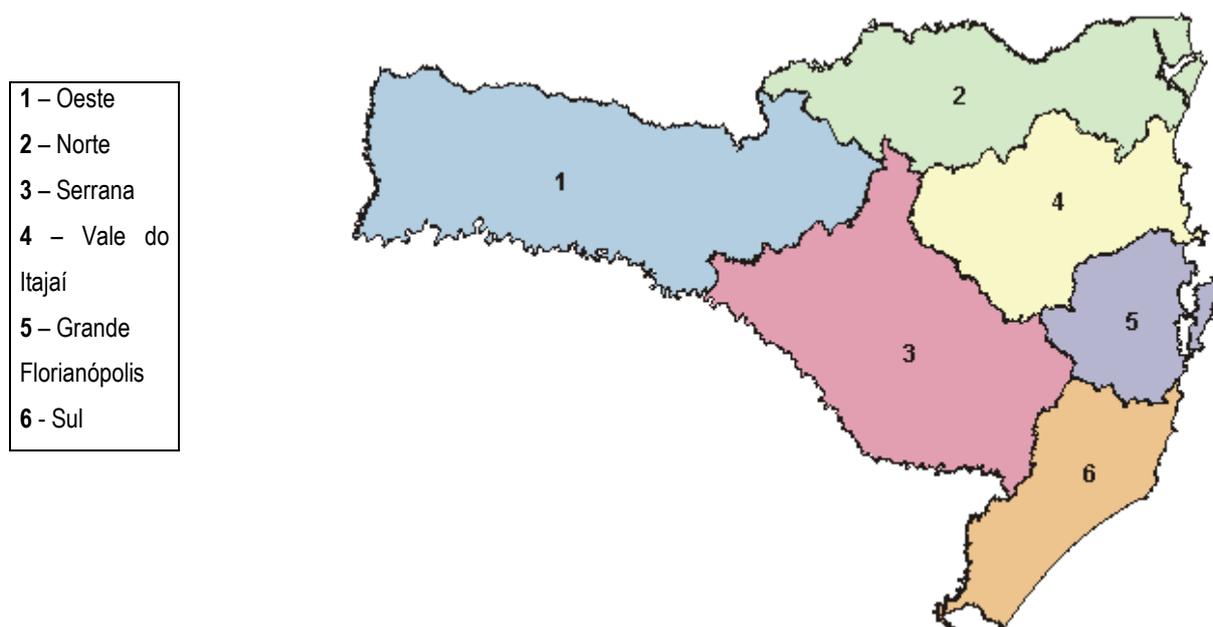


Figura 1 - Mapa de Santa Catarina conforme Mesorregiões

Fonte: Instituto Cepa/SC (<http://www.cepa.epagri.sc.gov.br/>)

3.2 A COLONIZAÇÃO DA MESORREGIÃO OESTE

Os primeiros habitantes da região, assim como na maioria do Estado de Santa Catarina, foram índios. Os Kaingang, tribo indígena típica do Oeste e do Planalto, eram seminômades e praticavam uma agricultura simples, caçavam e coletavam alimentos de que necessitavam diretamente da mata (GOULARTI FILHO, 2002).

A chegada dos primeiros colonizadores brancos, principalmente imigrantes ítalo e teuto-brasileiros provenientes do Rio Grande do Sul foi, a princípio, tranqüila. Contudo, quando esses colonizadores viram na mata elementos passíveis de comercialização o conflito se iniciou. De um lado, estavam os colonizadores a fim de extrair madeira e erva mate, produtos comercializáveis na época e, de outro, os índios em busca da preservação da mata, já que esta oferecia a maior parte de seus alimentos. Tal conflito culminou em inúmeros enfrentamentos (GOULARTI FILHO, 2002).

No plano dos conflitos por terras, o mais conhecido no Estado foi a Guerra do Contestado que acabou por dizimar milhares de índios e caboclos. Tal guerra foi o conflito armado entre o exército e os camponeses despossuídos e teve como causa básica a construção da Estrada de Ferro que ligaria Rio Grande do Sul e São Paulo. Em 1990, o governo brasileiro

cedeu a uma companhia americana uma faixa de terra de 30 km para a construção da estrada. Nessa área, anteriormente contestada pelos estados de Santa Catarina e Paraná, foram desalojados, à força, milhares de posseiros que, posteriormente, se tornaram mão-de-obra da companhia. Em 1906, quando a obra foi suspensa, cerca de 8 mil homens foram demitidos. A revolta popular fundada em princípios religiosos, messiânicos e sociais se inicia. Esta só teve fim em 1916 com uma série de conflitos armados e sangrentos que deram a vitória aos colonizadores.

Contudo, Goularti Filho (2002), aponta o outro lado contido na construção da Estrada São Paulo – Rio Grande do Sul, segundo o autor anteriormente a esse fato a região era pouco povoada e fracamente monetizada.

Apesar da presença de índios [...] da presença de algumas fazendas de criação e de pequenas roças de caboclos, foi somente com a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul e com a demarcação das terras feitas pelas companhias colonizadoras, que o Oeste e o Vale do Rio do Peixe passaram a ser efetivamente ocupados de forma capitalista (p. 77)

A partir daí, a colonização do Oeste catarinense, última área do Estado a ser colonizada, se intensifica de fato. A região passa a ser, cada vez mais, destino de migrantes provindos do Rio Grande do Sul, geralmente descendentes dos primeiros imigrantes italianos e alemães que colonizaram a serra gaúcha.

Para Silvestro (1995): “A emigração [gaúcha] obedecia antes de tudo a uma pressão econômica dada pela impossibilidade do pequeno agricultor de se reproduzir enquanto tal na região de origem” (p. 49). Segundo o autor, os colonos gaúchos não dispunham mais de condições econômicas e sociais para reprodução de todos os membros de sua família, uma vez que fazia parte da tradição destes deixar como herança aos filhos um pedaço de terra para dar continuidade à atividade da família. Dessa forma, o crescimento demográfico, o esgotamento de terras e a industrialização da área metropolitana do Rio Grande do Sul aliado à disponibilidade de terras no Oeste catarinense e o baixo custo dessas, foram os fatores que influenciaram tal emigração.

Num plano mais amplo, Goularti Filho (2002) aponta, ainda, que a ocupação do Oeste catarinense aconteceu como resultado do movimento de expansão das fronteiras agrícolas brasileiras no século XX. E, acima disso, aconteceu como uma maneira de propiciar a acumulação capitalista.

Para demarcar terras foram criados municípios e vilas; para escoar a produção foram abertas estradas, ferrovias e construídos portos fluviais; e para acabar com a violência, do ponto de vista dos colonizadores, foram exterminados os índios e subordinados os caboclos ao trabalho nos moldes capitalistas, ou seja, foram dadas as condições materiais e sociais para a reprodução capitalista. A fertilidade do solo, a mata existente, a ferrovia, as companhias colonizadoras e a chegada dos colonos inicialmente formam uma nova e diferente vida econômica na região (GOULARTI FILHO, 2002, p. 80).

No primeiro momento da colonização a extração da madeira e, em menor escala, a da erva mate eram as atividades mais expressivas da região. Contudo, essas atividades serviram apenas para integrar a região ao comércio, não permitindo aos agricultores a produção e comercialização dos seus excedentes, ao passo que estes ainda eram baixos e havia sérias dificuldades de acesso aos mercados. Dessa forma, aos pequenos agricultores vindos do Rio Grande do Sul restava a agricultura de subsistência.

Embora a exploração e comercialização da madeira e da erva-mate tenham integrado a região no espaço econômico nacional, essa dinâmica não provocou maiores alterações no processo produtivo da pequena propriedade, mantendo-a ainda fundamentalmente como produção de subsistência. Foi somente mais tarde, a partir da década de 40, através do fumo e posteriormente do suíno, que a pequena propriedade começa a estabelecer vínculos mais estreitos com o mercado. Começa a surgir gradativamente na região, um maior volume de produção agropecuária gerando excedentes que poderiam ser destinados à venda (SILVESTRO, 1995, p. 82-83).

A década de quarenta, contudo, sinaliza a queda das atividades de extração madeireira. Essencialmente, esta queda se deu pelo esgotamento de reservas juntamente com a não realização de políticas de reflorestamento na região. Essa queda é corroborada, ainda, pela redução das importações para a Argentina, fruto de uma política de proteção nacional aliada a uma política de reflorestamento (GOULARTI FILHO, 2002).

Com a queda paulatina do extrativismo na região, as atividades voltadas para agricultura começam a ganhar força e, nas décadas subseqüentes, passam ao posto de principais atividades econômicas.

3.3 O INÍCIO DA AGROPECUÁRIA NA REGIÃO

A prática da agropecuária no Estado esteve, inicialmente, ligada aos açorianos que viviam nas cidades litorâneas. Suas atividades eram, basicamente, o cultivo de cana de açúcar, mandioca, arroz, café, além das atividades pesqueiras. Com a colonização do Oeste catarinense a agropecuária começa a se diversificar e novos produtos alimentícios, como o queijo, salame, banha, fumo e manteiga, começam a serem incluídos na pauta agrícola do Estado.

A agricultura de subsistência foi a primeira direção em que os agricultores se apoiaram. O isolamento da região, a inexistência de um mercado local e a precariedade nos transportes e na própria instalação de sua propriedade forçaram os primeiros migrantes a praticarem agricultura voltada à subsistência de sua família, além de produzirem seus próprios utensílios e roupas.

As dificuldades iniciais, devido a precariedade dos instrumentos para o desmatamento, construção de casas, galpões, galinheiros, chiqueiros e estrebarias, bem como da obtenção de sementes para o cultivo, aliado às dificuldades de transporte, obrigaram os agricultores à prática da agricultura de subsistência nos primeiros anos. Mas tão logo esses entraves e obstruções foram sendo superados iniciou-se aqui o processo de produção em escala comercial (STRIEDER, 1996, p.14).

Dessa forma, como o lado comercial não era estranho aos colonos, o imigrante não se restringiu unicamente à agricultura de subsistência e logo se iniciou a produção do fumo, cultura já praticada e bem sucedida nos territórios do Rio Grande do Sul.

A partir do momento em que a comercialização do excedente passou a ser expressiva, os pequenos estabelecimentos comerciais, assim como os chamados “comerciantes” entraram em cena. Quanto aos primeiros, na sua maioria, se localizavam em lugares destinados a ser “centro” dos municípios ou vilas. Já os segundos, os comerciantes, agiam de forma a integrar os estabelecimentos comerciais aos produtores, sendo intermediadores dessa relação. Os comerciantes passaram a oferecer aquilo que o agricultor não podia ou não queria produzir internamente, ao passo que comprava do agricultor aquela parte da produção não consumida.

Os comerciantes passaram a fornecer o tecido em metro – usado para a confecção de roupa de trabalho e de domingo -, a querosene – para queimar nas lamparinas que serviam de fonte de luz -, o sal, as ferramentas agrícolas [...] e outros produtos industrializados. Em contrapartida os comerciantes recebiam – compravam – os produtos agrícolas excedentes dos pequenos proprietários, possibilitando o seu escoamento para os centros industriais (STRIEDER, 1996, p. 15).

Isso acontecia, porque os agricultores não tinham condições financeiras e materiais para comercializar seus próprios produtos. Dessa forma, a figura do comerciante se torna praticamente insubstituível para os agricultores, ao passo que, com o passar do tempo, não somente o lado comercial é conferido a ele, como também a amizade e a confiança do agricultor.

Dessa forma, cria-se uma relação de dependência entre as duas partes. O comerciante disponibiliza tudo o que o agricultor precisa e, ao mesmo tempo, o agricultor se compromete a lhe entregar a parte de sua produção comercializável. “É uma relação que se configura na troca de bens distintos, portanto ela é assimétrica e persiste enquanto houver um saldo devedor” (STRIEDER, 1996, p. 17).

O compromisso passa a ser mútuo, uma vez que o não fornecimento das mercadorias e bens necessários para o agricultor o deixa com poucas alternativas para se manter até a próxima safra e, ao mesmo tempo, o não recebimento dos excedentes agrícolas deixa o comerciante sem perspectivas de recebimento de seus empréstimos e acaba por complicar a continuidade de seus negócios. Ou seja, mesmo sem contrato formal, os dois acabam por manter suas relações de forma fiduciária.

Contudo, essa dependência criada não atinge igualmente os dois lados. Enquanto o comerciante usufruiu de todos os benefícios dessa relação, o agricultor, mesmo tendo certa segurança na hora da venda, não possui liberdade alguma em comercializar abertamente, nem em fixar preço aos seus próprios produtos, muito menos em participar da formação de preço dos produtos oferecidos pelos comerciantes.

O desenvolvimento das casas comerciais, por sua vez, se deu juntamente com o lado econômico dos agricultores, ao passo que ampliada a renda desses, aumenta também a parte destinada à aquisição dos produtos oferecidos pelas casas comerciais.

A evolução das “casas comerciais ou das vendas” acompanhou o crescimento da situação econômica dos colonos. Os agricultores, na medida em que iam ampliando sua capacidade de aquisição, passavam a adquirir em maior quantidade os produtos indispensáveis à sua sobrevivência, como o sal, açúcar, arroz, óleo para iluminação, ferramentas agrícolas, tecidos, utensílios domésticos e outros (SILVESTRO, 1995, p.88).

O acréscimo econômico do agricultor veio, em grande parte, com a substituição da produção do fumo pela criação de suínos. O fumo, cultura herdada das colônias gaúchas, permaneceu durante anos como a principal cultura comercial dos pequenos produtores do Oeste de Santa Catarina. Contudo, os anos quarenta trazem uma queda nos preços deste artigo

que perdura nas décadas seguintes. “Estes preços caíram cerca de 30% entre 1945 e 1950, e mantiveram-se baixos por quase duas décadas” (SILVESTRO, 1995, p. 90). A cultura do fumo no Oeste Catarinense passa a ser incapaz de concorrer com a produção gaúcha, principalmente no que se refere ao transporte. “Desta forma, mesmo sendo a principal cultura comercial dos pequenos agricultores, o fumo começa a perder importância, e em seu lugar outros produtos, principalmente o suíno, começam a ser produzidos para a comercialização” (SILVESTRO, 1995, p. 90).

A resposta a esse momento difícil foi o início da suinocultura. A criação de suínos, segundo Silvestro (1995), surgiu espontaneamente, uma vez que os agricultores já produziam suínos para sua subsistência. Vale lembrar ainda que a introdução dessa cultura se explica, também, pela própria tradição dos povos migrantes: pequenos produtores italianos, em sua grande maioria. Além dos alimentos derivados dos suínos, aparecem também os derivados do leite, a fabricação do vinho e da farinha de mandioca.

Dessa forma, de simples produto de subsistência, a criação de suínos passa a ser a principal atividade comercial dos agricultores da região. Além disso:

[...] de uma atividade eminentemente restrita a esfera feminina, limitada aos arredores da casa e não computada na contabilidade espontânea destes agricultores, a suinocultura, ao tornar-se uma atividade comercial, passou a ser atributo do trabalho masculino, redefinindo o seu espaço dentro da dinâmica produtiva da pequena propriedade (SILVESTRO, 1995, p. 91).

Fruto dessa dinâmica, o desenvolvimento seqüencial da comercialização dessa cultura culminou na constituição de frigoríficos abatedores de suínos no final da década de quarenta. A materialização destes frigoríficos aconteceu graças ao ambiente favorável vindo da expansão sistemática da oferta de suínos.

A formação desses se deu, na maioria das vezes, pela junção do capital comercial com a renda dos pequenos produtores. Contudo, a criação de frigoríficos não excluiu, inicialmente, o papel dos comerciantes. Continua sendo ele o responsável pela coleta e transporte dos suínos, ficando a cargo dos frigoríficos o abate e a comercialização da produção.

Neste sentido, a quantia de capital investido pelos pequenos agricultores tinha como intenção fazer deles sócios ou acionistas dos frigoríficos. Contudo, na maioria dos casos, o título inicialmente conferido ao agricultor perde seu valor após alguns meses e seu investimento se transforma em nada.

Na sua quase totalidade, o dinheiro investido pelos agricultores, que deveria servir como forma de aquisição de cotas ou ações, junto às empresas frigoríficas em fase de formação, na realidade não passou de contribuições sem retorno, negando-lhes com o passar do tempo o título de sócio ou acionista. Em outras oportunidades as chamadas ações ou cotas perderam totalmente o seu valor em função de não serem reajustados ou atualizados dentro do grande fluxo de trocas e cortes na nossa moeda (STRIEDER, 1996, p. 18).

O capital comercial, por sua vez, era representado pela figura do empresário agroindustrial, em sua maioria, filhos de imigrantes italianos vindos do Rio Grande do Sul, possuindo, de antemão, uma base rural e agrícola e que iniciaram seu capital através das casas comerciais. Esse perfil de empresário e de acumulação aparece claramente na constituição do primeiro frigorífico da região: a empresa Perdigão S/A. Na tabela 1 consta o surgimento deste e dos demais frigoríficos na região. Vale lembrar, que juntamente com esses frigoríficos maiores, surgem inúmeros de frigoríficos e moinhos de menor tamanho.

Tabela 1 - Primeiras agroindústrias da mesorregião Oeste de Santa Catarina

Ano da Fundação	Nome da Agroindústria	Cidade
1940	Perdigão S/A Comércio e Indústria	Videira
1942	Comércio e Indústria Saulle Pagnocelli	Joaçaba
1943	Sociedade Anônima Indústria e Comércio Concórdia – (Posteriormente Sadia)	Concórdia
1952	Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó – SAICC (Posteriormente Chapecó Industrial)	Chapecó
1956	Frigorífico Seara (Posteriormente Seara Industrial)	Seara
1962	Sociedade Anônima Frigorífico Itapiranga – Safrita	Itapiranga
1963	Unifrico – Sociedade Anônima Indústria e Comércio	Salto Veloso
1969	Indústrias Reunidas Ouro Sociedade Anônima	Ouro
1969	Cooperativa Central Oeste Catarinense	Chapecó
1975	Frigorífico São Carlos	São Carlos

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Strieder, 1996.

O surgimento destes frigoríficos fomenta a suinocultura em todo o Oeste Catarinense e mostra como a atividade ligada aos suínos tende a ganhar espaço dentro da pauta da agropecuária catarinense. Nesse momento, os frigoríficos maiores já deixam de ser meros abatedouros de suínos e passam a exprimir um caráter agroindustrial, ao passo toda sua produção é articulada conforme os novos moldes capitalistas.

Seu fator característico passa a ser o vínculo com a pequena produção, fazendo com que esta tenha relações com o mercado, ao passo que produz um excedente produtivo para atender a demanda não só do mercado urbano como também para exportação.

Esse vínculo entre agroindústria e pequeno produtor rural, dá-se através de contratos entre fornecedor e comprador de matéria prima. Esses contratos partem do princípio da cooperação e proteção mútuas. As agroindústrias necessitam da matéria-prima e os agricultores carecem da venda de sua produção. O contrato passa a ser o modo mais fácil de unir os objetivos de cada parte e, acima disso, oferecer garantia de venda a um e certeza da existência de matéria-prima a outro.

Por meio desse acordo, espera-se uma produção de melhor qualidade, uma vez que os benefícios da introdução de melhorias nas instalações físicas, na técnica e na própria cultura trazem resultados positivos e potencializam as possibilidades da pequena propriedade. Para tal, as agroindústrias se responsabilizam pela assistência técnica, além de financiar os investimentos necessários. Deste modo, os rendimentos da produção aumentam, ao passo que aumenta a parte da produção apropriada pela agroindústria (SILVESTRO, 1995).

Dessa forma, o primeiro contato não interfere no modo tradicional de produzir do agricultor, pelo contrário, valoriza-o, ao passo que oferece a garantia de escoamento da produção excedente e dá margem para o aumento da sua produção.

Contudo, num segundo momento, a agroindústria se articula tanto, que passa a interferir no modo de produzir, onde o antigo modo de produção, cunhado como tradicional, passa a se apresentar mais técnico e racional (SILVESTRO, 1995). A figura do comerciante, presente ainda nos primeiros frigoríficos, aos poucos vai sendo substituída pela própria agroindústria e suas regras comerciais. As transformações na criação de suínos iniciam lentas e graduais, impostas pelo próprio mercado consumidor, mas acabaram por extinguir, de vez, o agente intermediador.

A partir de então, a intervenção das agroindústrias começa a se evidenciar, e a antiga dependência agricultor e comerciante troca de esfera: do comerciante para o agroindustrial. Essa troca, contudo, não traz benefícios aos agricultores, uma vez que limita ainda mais a comercialização e a participação na determinação dos preços dos produtos por eles vendidos.

De uma forma muito sutil ela [a agroindústria] inicia um processo de subordinação do pequeno proprietário rural, dependente até então do comerciante [...] A intervenção da agroindústria sobre a forma de produzir do agricultor, apresenta-se em todos os momentos com a faceta de melhoria estrutural e econômica da propriedade. É um processo lento mas seguro e que se estende de forma absorvente

e inevitavelmente atinge todas as propriedades direta ou indiretamente. (STRIEDER, 1996, p. 20).

Todavia, provavelmente o agricultor não compreenda esse fato, até porque ele não consegue visualizar opções de continuar e evoluir na agricultura sem a interferência da agroindústria.

A forma como essa dependência ocorre, contudo, é distinta na suinocultura e na avicultura, de forma mais acentuada na primeira e mais amena na segunda. Todavia, acaba por envolver e moldar as duas culturas nos seus parâmetros e conceitos.

3.3.1 Suinocultura

Segundo Strieder (1996), a lógica na suinocultura ocorreu da seguinte forma: inicialmente, os agricultores criavam um suíno dito comum, criado solto, alimentando-se de produtos oriundos da propriedade do agricultor. Essa espécie possuía uma espessa camada de gordura, sendo abatido, em média, após 14 meses.

Todavia, por exigências do mercado exportador, como a menor quantidade de gordura, por doenças atribuídas ao consumo desse tipo de alimento, como o colesterol, pela popularização de óleos vegetais substitutos à gordura e, ainda, por implicações sanitárias, as agroindústrias decidem interferir diretamente na produção e introduzem raças da Europa, as chamadas Large White e Landrasse, e dos Estados Unidos, chamada Duroc Jersey. Essas novas raças têm como características principais o menor tempo de abate, o menor consumo de ração e ainda um maior potencial produtivo, ao passo que sua camada de gordura é menor.

Outro elemento que contribui para a substituição gradual de raças é a questão do transporte. Os produtos comercializados, como carne e derivados, não suportavam a distância e a demora do transporte entre as regiões de criação e as regiões de comercialização, por isso os próprios frigoríficos optavam por um suíno com uma camada mais espessa de gordura. A partir da melhoria nas condições dos transportes, os suínos com maior camada de gordura deixam de ser rentáveis, já que possuem menor aproveitamento na transformação em produtos com maior valor agregado e melhor preço de mercado.

Dessa forma, as agroindústrias passam a forçar o agricultor a preferir tais raças através da diferenciação estabelecida nos preços de cada uma delas. Um valor menor ao dito porco

comum, um valor intermediário ao Duroc Jersey, e um valor maior aos suínos Large White e Landrasse. Essa diferenciação dos preços foi um elemento forte o suficiente para alterar a prática e, principalmente, romper o costume da antiga criação. Dessa forma, a substituição das raças foi o primeiro passo para uma futura reorganização na produção, impondo aos agricultores um novo padrão técnico.

Todo um novo aprendizado, a partir de então se fez necessário, para que o projeto tivesse êxito. Os cuidados sanitários passaram a ser maiores [...] [as novas raças] exigiam cuidados especiais desde a ninhada, via um programa de vacinação, até a construção de chiqueiros mais adequados e fechados. [...] O trato passou a ser diferente [...] as raças novas exigiam o milho quebrado, feito em forma de ração e mais ainda, ração balanceada [...] (STRIEDER, 1996, p. 21).

Dessa forma, a antiga forma de produzir se tornou praticamente escassa. Os agricultores tiveram que se moldar às novas exigências dessas raças, e isso significava uma reorganização em toda a propriedade, além de procedimentos e normas distintas, oferecendo não somente um rendimento maior, mas a imposição de um novo modo de produção.

Se por um lado, a introdução das novas raças, num primeiro momento, traz vantagens ao pequeno agricultor pelo fato de ele obter um preço mais elevado por suíno terminado em seis meses e não mais em quatorze como anteriormente; por outro, estas novas raças exigem melhores instalações, bem como melhores cuidados sanitários, a compra sucessiva de matrizes e reprodutores, de produtos veterinários e principalmente concentrados protéicos e vitamínicos. Trata-se portanto de uma forma de produzir que exige do agricultor sobretudo mais trabalho, mais investimentos e uma maior dependência do mercado externo (SILVESTRO, 1995, p. 133).

Nesse momento, as agroindústrias começam a estender suas atividades, explorando um mercado desconhecido. A partir de então, os comerciantes já são dispensados e se tornam escassos. Os contratos, anteriormente, amigáveis, de proteção e benéficos aos produtores passam a mudar de gênero. Ao mesmo tempo, as agroindústrias passam a praticar a produção com exclusividade, adquirindo toda a produção do agricultor. Passam, ainda, a fornecer a ração necessária às novas raças suínas, sendo paga, pelo agricultor, com sua própria produção.

Vale lembrar, porém, que não houve diminuição ou destruição do caráter camponês da propriedade rural, o que aconteceu foi uma reorganização na cultura, inserindo nela elementos modernos e, indiretamente, a dependência que isso acarreta. Além disso, começam a se consolidar demais culturas interligadas à suinocultura, como é o caso da produção do milho, principal item da ração destinada à alimentação dos suínos.

3.3.2 Avicultura

A integração de aves, distinta da lógica da integração suína, surgiu como forma de diversificação das atividades do setor agroindustrial acostumadas à produção dos suínos. A iniciativa partiu do Grupo Sadia, que já na década de setenta estabelece os primeiros contratos com produtores de frangos. A idéia surgiu uma vez que a criação de suínos não mais absorvia os capitais acumulados. Dessa forma, a avicultura passou a ser o destino produtivo para esses capitais, e os maiores frigoríficos se tornaram grandes conglomerados abarcando atividades nos dois ramos agrícolas, abatendo, agregando e comercializando.

Todavia, por não ser uma atividade tradicional da região, a avicultura se configurou sob uma dinâmica distinta. Ao contrário da integração de suínos, lenta inicialmente, com modernização progressiva na forma de produzir e sem exigir estrutura física inicial dos seus agricultores, a integração nas aves, por sua vez, é instantânea e exige dos agricultores estruturas mínimas para o início da produção. Desde seu início a avicultura foi submetida às exigências mais modernas do complexo agroindustrial que estava surgindo.

Strieder (1996) esclarece a diferença na dinâmica da criação de suínos para a criação de aves:

No início da agroindústria, também em fase experimental, aceitavam os integrados sem que dos mesmos fosse exigido a renovação das instalações e ou um número “x” de criadeiras. Bastava adquirir duas ou três criadeiras, um reprodutor e propor-se a ampliar gradativamente este número e em paralelo também melhorar as instalações, agora sim, dentro de padrões técnicos preestabelecidos. Já com a integração de aves, a implantação é instantânea, ou seja, ela foi e é feita via “pacote”. Exigia-se a construção do aviário de 100m por 12m ou de 50m por 12m, com capacidades respectivamente para 12 mil e 6 mil frangos (p. 22).

Dessa forma, as agroindústrias tiveram desde o princípio total controle sobre a produção, ou seja, “uma maior capacidade de ingerência sobre a pequena produção familiar integrada, sendo o pacote tecnológico implantado de uma única vez” (SILVESTRO, 1995, p. 143). O esquema de integração propunha, então, o fornecimento dos pintinhos, rações adequadas e assistência técnica especializada por parte das agroindústrias, que descontavam tais serviços na remuneração no momento do abate dos frangos já crescidos.

Neste sentido, mesmo implicando em investimentos iniciais altos, a avicultura aparece como atividade com melhor remuneração. Isso se deve, segundo Silvestro (1995), a dois fatores em especial: (a) produtividade do trabalho; e (b) associação dos agricultores mais efetiva.

Quanto ao primeiro fator, o autor expõe que, depois de instalado, o aviário não exige mais do que duas horas de trabalho por dia. A exceção fica a cargo do carregamento das aves para o abate, contudo, nesse momento o agricultor recorre aos demais integrantes da família, aos amigos e vizinhos, como uma espécie de ajuda mútua. Dessa forma, o agricultor consegue associar atividades secundárias à criação de aves, como a atividade na lavoura, as quais ajudam na renda mensal da família.

No que se refere à associação dos agricultores, esta é mais presente e eficaz em comparação às demais atividades. A presença dos sindicatos confere maior poder de reivindicação junto às empresas, abrindo caminho, mesmo que de forma limitada, ao direito de expor críticas e reclamações dos agricultores.

Dessa forma, a avicultura se expandiu tanto ao ponto de dividir e até superar, o posto de atividade agrícola da região. Goularti Filho (2002), mostra a evolução dessas duas culturas em relação ao abate e produção, evidenciando a magnitude da expansão da avicultura, como mostra a tabela 2 .

Tabela 2 - Abate (em mil cabeças) e produção de aves e suínos (em quilos) em Santa Catarina

Ano	Abate		Produção	
	Suínos	Aves	Suínos	Aves
1960	617	72	56.680	105
1970	1.261	3.322	77.884	3.334
1980	3.882	136.025	298.000	197.000
1990	3.330	360.700	320.000	559.000
2000	7.267	552.300	624.000	1.180.000

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Goularti Filho (2002).

3.3 A AÇÃO DO ESTADO

Ao tratarmos da expansão na produção agrícola do Oeste Catarinense, não se pode esquecer a ação do Estado a favor dessas culturas, seja a nível nacional ou estadual. Esse favorecimento se deu, basicamente, via crédito rural, financiamentos facilitados, subsídios e incentivos fiscais vindos de agências de fomento.

Os anos setenta, sem dúvida, foram os anos mais intensos na questão de viabilizar a modernização da agricultura. Essa modernização, contudo, pressupõe a utilização de meios de

produção não existentes, de antemão, no interior da pequena propriedade agrícola. Dessa forma, um determinado número de agricultores busca externamente o auxílio necessário para implantação do novo processo produtivo. Para tal, o Sistema Nacional de Crédito Agrícola, criado em 1967, passa a ser o principal elemento da política agrícola do Estado. Basicamente, esse sistema fornecia créditos a juros subsidiados com o propósito maior de modernizar a agricultura, tornando-a fornecedora de alimentos com baixos preços, além de fornecedora de divisas para o país, ao passo que produzia excedentes agrícolas voltados à exportação (SILVESTRO, 1995).

Todavia, o maior volume de crédito agrícola foi destinado aos grandes conglomerados e seus parceiros. Dessa forma, inúmeros agricultores do Oeste Catarinense ficaram impossibilitados de financiar a modernização de sua propriedade via crédito. Mesmo assim, os agricultores que conseguiram o benefício do crédito rural tiveram a modernização requerida, além de se enquadrarem, dessa forma, no novo modo de produzir ditado pelas agroindústrias.

Ainda com relação ao crédito, porém na esfera regional, o BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), operando com recursos destinados para o crédito rural desde 1965, foi criado a fim de combater as disparidades regionais. “Na verdade, o BRDE resultou do desenvolvimentismo, da necessidade de criar novos arranjos financeiros para alavancar a indústria que se consolidava no Brasil meridional [...] (GOULARTI FILHO, 2002, p. 226). Dessa forma, juntamente com o Banco do Brasil, foi um dos principais agentes a repassarem recursos federais às agroindústrias de Santa Catarina, principalmente na década de setenta, como explicita a tabela a seguir.

Tabela 3 - Evolução dos recursos aplicados em suinocultura e avicultura pelo BRDE

Ano	Total (Em mil Cr\$)	Suinocultura (Em mil Cr\$)	%	Avicultura (Em mil Cr\$)	%
1970	7768	1845	23,7	592	7,6
1971	11392	3522	30,9	876	7,7
1972	12007	3980	10,7	536	4,4
1973	31398	3379	10,7	2872	9,1
1974	74786	10298	13,7	7132	9,5
1975	162227	37869	23,3	14492	8,9
1976	325404	46333	14,2	73203	2,5
1977	597199	8852	1,4	23233	3,8
1978*	322947	326	0,1	9060	2,8

Fonte: Silvestro (1995) com dados do BRDE - Agência Florianópolis

Nota: Dados até junho de 1978

Nessa época surgem também empresas voltadas à área de pesquisa agrícola, como a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e, a nível estadual, a EMPASC (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina), atual Epagri. Estas se destinavam, basicamente, a estudos referentes ao aumento da produtividade, desenvolvimento de equipamentos, padronização dos sistemas de produção, entre outros.

3.4 CENTRALIZAÇÃO PRODUTIVA

Aliada a esse processo de integração na suinocultura e na avicultura, as décadas de setenta e oitenta vêm carregadas por um fenômeno que se torna então comumente: a centralização produtiva.

Segundo Marx (1998), o processo de centralização pode ser explicado, resumidamente, pela absorção, por parte das empresas melhor sucedidas, das suas concorrentes menores, fato que acontece com frequência nas fases de crise ou depressão do ciclo econômico.

Tendo essa definição como base, o final dos anos setenta e início dos anos oitenta nos mostram esse processo claramente. A crise sentida em âmbito nacional e os problemas derivados da peste suína trazem um resultado perverso para aqueles frigoríficos economicamente menores. Todavia, para aqueles com maiores oportunidades foi uma época de incorporações e aumento de capital. “A crise no setor veio para limpar e concentrar” (GOULARTI, 2002, p.311). O que aconteceu foi o primeiro processo de centralização de capital agroindustrial da mesorregião Oeste Catarinense.

[Os] frigoríficos que não estavam ligados a grupos maiores, não conseguiram mais ampliar e modernizar suas plantas industriais para concorrerem no competitivo mercado de suínos terminados. Cada vez mais portanto, aumentavam as condições para uma maior concentração da atividade agroindustrial e conformação do quadro das empresas que passariam a dominar o mercado (SILVESTRO, 1995, p. 116).

Como consequência, cinco empresas restaram: Grupo Sadia; Perdigão S/A; Seara Industrial; Grupo Chapecó; e Grupo Aurora. Os exemplos mais expressivos de incorporações entre frigoríficos foram a formação do Seara Industrial S/A, fruto da aquisição do grupo Seara e Safrita pelo Grupo Hering de Blumenau; e a aquisição das Indústrias Reunidas Ouro e

Unifrico pelo Grupo Perdigão. O quadro a seguir ilustra o processo de aquisição à nível nacional desses cinco maiores grupos agroindustriais.

Para quantificarmos ainda mais essa centralização que começa a surgir, Silvestro (1995) nos aponta dados dos anos 70 que revelam 13 grandes frigoríficos em Santa Catarina, dos quais 8 se localizavam na região Oeste e representavam 80% do abate estadual. Esses 8 frigoríficos eram pertencentes a 5 grandes empresas, onde as duas maiores – Sadia e Perdigão – detinham 73,2% do abate estadual e 46,3% do abate regional. Já no ano de 1984, eram 14 frigoríficos no estado, sendo 8 pertencentes à região Oeste, que juntos representavam 90% do abate estadual de suínos e 100% do abate regional.

O sucesso das incorporações e da centralização resultou em crescimento do setor agroindustrial já na década de 70. Como resultado desse aumento, as agroindústrias passam a explorar regiões gaúchas e paranaenses, espalhando a cultura e a nova forma de produção, além de consolidar monopólios e grandes conglomerados econômicos em escala regional.

Além disso, a maior confirmação deste processo foi a aquisição da Sadia por parte da Perdigão no ano de 2009, ato ainda não aprovado pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), mas que demonstra que esse processo ainda persiste e atinge proporções cada vez maiores.

Grupo	Empresa Adquirida	Área	Ano	Localidade
Sadia	Marciliense	Farinha de Trigo	1953	Marcelino Ramos (RS)
	Toledo	Suínos/ração	1964	Toledo (PR)
	Várzea Grande	Bovinos	1976	Várzea Grande (MT)
	Incobrasa	Soja	1979	Joaçaba
	Damo	Industrializados	1980	Duque de Caxias (RJ)
		Suínos	1989	Frederico Westphalen (RS)
	Três Passos	Suínos	1985	Três Passos (RS)
	Corcovado	Ração/soja	1985	Três Passos (RS)
	Sudanisa	Bovinos	1985	Barra do Garça (MT)
	Mouran	Bovinos	1989	Andradina (SP)
		Bovinos	1989	Araçatuba (SP)
	Chapecó	Aves	1989	Francisco Beltrão (PR)
	Wilson	Suínos	1992	Ponta Grossa (PR)
		Bovinos	1992	Maringá (PR)
	Copaza	Soja	1991	Campo Grande (MS)
	Comabras	Suínos	1992	Ponta Grossa (PR)
Industrializados			São Paulo (SP)	
Rezende	Aves/suínos	1999	Uberlândia (MG)	
Perdigão	Unifrico	Suínos	1977	Salto Veloso
	Armazém Medianeira	Ração	1979	Medianeira (PR)
	Catanduva	Ração	1979	Catanduvas
	Saulle Pagnocelli	Suínos	1980	Herval do Oeste
	Reunidas Ouro	Suínos	1980	Capinzal
	Suely	Ração	1984	Orleans
				Içara
				Jaguaruna
				Taió
	Canta Galo	Aves	1984	Criciúma
	Cooperativa Taparese	Grãos	1985	Gaurama (RS)
				Severiano de Almeida (RS)
				Aratiba (RS)
				Marau (RS)
	Borela	Aves/grãos	1985	Marau (RS)
	Frigoplan	Bovinos	1986	Lages
Ideal	Aves	1988	Serafina Corrêa (RS)	
Utinga (Swift)	Industrializados	1989	Santo André (SP)	
Avisco	Aves	1989	Ipê (SP)	
			Rio Claro (SP)	
Batavia	Aves	1999	Carambeí (PR)	
Ceval	Extrafino	Óleo Vegetal	1974	Chapecó
	Barriga-Verde	Ração	1976	Chapecó
	Seara	Suínos	1980	Seara
	Frill	Aves	1980	Joaçaba
	Safrita	Aves/suínos	1981	Itapiranga (RS)
	Rio da Luz	Suínos	1983	Jaraguá do Sul
	Germani	Industrializados	1988	Paraná
	La Vilette	Suínos	1988	São Paulo (SP)
	Mogiana	Aves	1989	Nuporanga (SP)
	Contibrasil	Aves	1989	Paraná
	Swift	Suínos/ração	1989	Marechal Cândido Rondon (MT)
	Bordon	Suínos/aves/bovinos	1990	Dourados (MS)
	Guipeba	Soja	1995	Argentina
	Eliane	Suínos/aves	1995	Criciúma
Chapecó	Fricar	Suínos	1982	São Carlos
	Amparo	Aves	1989	Monte Alegre do Sul (SP)
	Diplomata	Aves	1995	Cascavel (PR)
	Prenda	Suínos	2000	Santa Rosa (RS)
Aurora	Marafon	Suínos	1969	Chapecó
	Pepery	Suínos	1982	São Miguel d'Oeste
	São Gabriel	Suínos	1996	São Gabriel do Oeste (MS)

Fonte: Goularti Filho, 2002.

Quadro 1 - Aquisições no complexo agroindustrial de carne

3.5 CONCENTRAÇÃO PRODUTIVA

Ainda segundo Marx (1998), juntamente com a centralização dos capitais, ocorre um segundo processo que contribui para a acumulação capitalista: a concentração produtiva. Neste sentido, concentração se refere ao processo onde certos capitais se desenvolvem mais depressa que os demais fruto de superlucros e da condição favorável da reprodução ampliada de capital.

Para entender e visualizar melhor esse processo, volta-se para a estrutura fundiária da mesorregião Oeste de Santa Catarina, em sua maioria minifundiária, herança típica da sua colonização.

Santa Catarina, em comparação às regiões Norte, Nordeste, Centro Oeste e parte do Sudeste, possui uma melhor distribuição de terras, tendo sua base fundiária na pequena propriedade, em estabelecimentos de até 100 hectares. Isso demonstra que a maioria dos estabelecimentos agrícolas é de pequenos produtores rurais, base do modelo agroindustrial vigente. A tabela a seguir demonstra numericamente esse fato.

Tabela 4 - Evolução da Estrutura Fundiária em Santa Catarina - 1920 a 2003 (%)

Estrato	1960		1970		1980	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Menos de 10 ha	30,6	3,9	31,9	4,8	35	5
10 a 100 ha	64,3	48,4	63,8	51,2	60,5	46,8
100 a 1.000 ha	4,7	28,7	4,1	29,3	4,1	30
Mais de 1.000 ha	0,3	18,8	0,2	14,4	0,3	18,1

Estrato	1985		1995		2003	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Menos de 10 ha	39,1	6,1	35,6	5,5	34	6
10 a 100 ha	56,8	46,5	60	47,3	62,1	50,1
100 a 1.000 ha	3,8	30,4	4	31,4	3,7	29,4
Mais de 1.000 ha	0,2	17	0,2	15,8	0,2	14,5

Fonte: Elaboração própria através de dados de Goularti Filho (2002) e Icepa.

Esse modelo de estrutura fundiária se moldou, em sua maioria, pela tradição dos primeiros colonos de dar aos filhos um pedaço de terra para que os mesmos seguissem na agricultura e tivessem, dessa forma, um futuro promissor. Na maioria das vezes a terra doada aos filhos era menor, em extensão, que a dos pais. Além disso, aqueles que não podiam comprar um novo pedaço de terra fracionavam sua própria propriedade.

Dessa forma, essa tradição fundiária faz do Oeste uma região com inúmeros agricultores. Esse fato, isoladamente, não se mostra como prejudicial ou negativo. Todavia, a expansão da agroindústria não atingiu todos os agricultores, ao contrário, o sucesso alcançado fez a agroindústria priorizar por agricultores que lhe ofereciam maior rendimento, geralmente aqueles com melhores e maiores instalações. Esse fato é comum a região, uma vez que a quantidade de agricultores disponíveis se torna condição favorável, propiciando a atividade de seleção dos agricultores.

Neste sentido, como a região possui um número expressivo de pequenos agricultores, a concentração, em termos de Marx, se fez ainda mais presente, uma vez que caso um agricultor não satisfaça a agroindústria, seja por qualquer motivo, há, a disposição, inúmeros outros agricultores interessados em se integrar ao novo modo de produção. Esse fato aumenta a dependência do agricultor com a agroindústria, sendo o contrário não verdadeiro. Além disso, os agricultores se tornam fracos e vulneráveis às benesses da agroindústria, uma vez que não possuem voz diante da autoridade imposta pela agroindústria, nem em relação aos preços pagos, nem em relação ao modo de produzir.

Ao mesmo tempo, o pequeno produtor passa a ser explorado como um trabalhador qualquer, já que seu excedente é apropriado pelo grande capital. Em inúmeras vezes, o fato de possuir a propriedade estabelece no produtor a ilusão de ser ele o dono do seu próprio negócio. Todavia, a única diferença entre os operários que trabalham dentro de uma agroindústria e um pequeno produtor integrado à ela é a intervenção da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas. Os dois trabalhadores produzem para um grande capital, além de estarem, os dois, submetidos a regimentos externos, sem poder ou força suficiente para alterá-los. Goularti Filho (2002), ainda incrementa: “Não seria exagero afirmar que os avicultores e suinocultores integrados são um tipo de ‘operário piorado’” (p. 315).

Nesta perspectiva, o capítulo seguinte analisa o trabalhador dentro dessa nova lógica de produção agroindustrial.

4 O AGRICULTOR FAMILIAR E O SISTEMA DE INTEGRAÇÃO: DEPENDÊNCIA E MIGRAÇÃO

A evolução do Sistema Agroindustrial levou à formação de um mercado mais especializado e exigente. Com isso, a partir da década 1990, as agroindústrias passaram a estabelecer padrões mínimos de produção aos agricultores, pressionando por aumento de escala dos já inseridos em sua lógica industrial através de melhorias tecnológicas e estruturais.

Essas exigências ocorreram, essencialmente, pelo contexto econômico em que as agroindústrias estavam inseridas. Em primeiro lugar a experiência bem sucedida desse método na região atraiu outras grandes empresas do ramo, provocando um aumento da concorrência e, em consequência, alterando a forma de produção, com o objetivo de reduzir custos e ampliar a competitividade.

Um segundo fator, mas não menos importante, é o aumento da importância dada ao mercado externo. Segundo Testa et al (1996), esse período é caracterizado:

[...] pela diversificação do mercado consumidor, com aumento da importância do mercado externo, e pela mudança do perfil dos produtos ofertados para o consumidor nacional. Externamente, o mercado passou a ser mais exigente em termos de qualidade, especialmente a sanitária, do produto alimentar, criando novas exigências para a forma de organização da produção agrícola e industrial do mesmo (p. 190).

Segundo Mior (2005), as exportações de aves para o Oriente Médio e Japão trouxeram profundas mudanças nos atributos de qualidade, além de inúmeras exigências, como as de cunho religioso da Arábia Saudita e as de corte específico e cuidado com resíduos agrotóxicos vindas do Japão. Todas as exigências enfrentadas culminaram na busca da qualidade, além de acirrar ainda mais o lado competitivo entre as agroindústrias, já que estas dependiam destes fatores para o sucesso no mercado nacional e internacional.

O cumprimento dessas exigências resultou em saltos grandiosos na produção do Brasil. Ainda segundo Mior (2005), em 1975 a produção de aves no Brasil não passava de 3.500 toneladas. Já em 2006, alcançaram a quantia de 9.336.000 toneladas, como mostra a tabela 5.

Tabela 5 - Produção brasileira de carne de frango (mil toneladas)

Períodos	Mercado Interno	Exportação	Total
1989	1.811	244	2.055
1990	1.968	299	2.267
1991	2.200	322	2.522
1992	2.351	372	2.727
1993	2.710	433	3.143
1994	2.930	481	3.411
1995	3.617	429	4.050
1996	3.483	569	4.052
1997	3.812	649	4.461
1998	4.262	612	4.875
1999	4.755	771	5.526
2000	5.070	907	5.977
2001	5.486	1.249	6.736
2002	5.917	1.600	7.517
2003	5.921	1.922	7.843
2004	6.069	2.425	8.494
2005	6.535	2.762	9.297
2006	6.623	2.713	9.336

Fonte: ABEF - Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos.

Desta produção, cerca de 30% é produzido em Santa Catarina, o Estado com maior exportação de frangos do país, segundo a Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (ABEF). A Associação revela ainda que as exportações de aves alcançaram a quantia de 3.634.000 toneladas em 2009, com faturamento US\$ 5,814 bilhões.

Com relação à carne de suínos, após alguns anos de estagnação, as exportações se intensificam a partir do ano 2000, quando a Rússia ganha espaço como destino de cerca de três quartos da produção exportada do Estado. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (ABIPÉCS), as exportações brasileiras chegaram a 607.489 toneladas em 2009, com 173.055 toneladas oriundas do estado de Santa Catarina, o segundo maior exportador, ficando atrás apenas do estado do Rio Grande do Sul.

Diante deste contexto, analisa-se a situação do agricultor familiar na região Oeste, tanto daqueles excluídos do atual sistema agroindustrial, bem como daqueles que continuam integrados ao mesmo.

4.1 DIFERENCIAÇÃO E EXCLUSÃO

Ao acompanhar a expansão do método agroindustrial, pode-se imaginar que todo esse sucesso também atingiu a esfera do pequeno produtor rural. Todavia, a modernização do processo produtivo acarretou em conseqüências distintas para o conjunto dos pequenos agricultores. Em resumo, dois grupos se formaram: aqueles agricultores integrados ao sistema, que se modernizaram e seguiram as exigências das agroindústrias; e aqueles que ficaram de fora de tal modernização e não se adaptaram à nova forma de produzir.

Essa diferenciação entre os agricultores, porém, não foi instantânea, uma vez que as mudanças ocorreram juntamente com a evolução do próprio Sistema Agroindustrial. Em seu início, o aumento da capacidade dos frigoríficos era suprido através da expansão horizontal, ou, nas palavras Silvestro (1995), “pela multiplicação e mercantilização das unidades familiares de produção” (p. 201). Dessa maneira, a expansão da agroindústria vinha através da ampliação nos seus contratos com as unidades de produção, uma vez que estas não apresentavam maiores diferenciações umas das outras, garantindo assim um maior número de “parceiros” e uma produção mais elevada.

Os anos posteriores, contudo, trazem a mudança da escala produtiva e a imposição, mesmo que de forma gradual, de padrões de ritmo, intensidade e de tecnologia aos agricultores, ao mesmo tempo em que são exigidos custos reduzidos. Uma vez que uma maior quantidade de integrados exige maior número de técnicos para fiscalizar as unidades produtivas, assim como um maior número de meios de transporte para distribuir e coletar a produção, a seleção de agricultores acontece. Esse processo acaba por tipificar os agricultores conforme seu rendimento de produção, deixando de lado aqueles considerados não produtivos ou então menos modernizados (SILVESTRO, 1995).

Quando as leis de mercado regem livremente o consumo e as margens de lucro tornando-se cada vez mais estreitas, a ordem capitalista é clara e definida: ‘reduzir custos de produção’. Dentro dessa nova racionalidade, diminuir o número de integrados não significa diminuir a produção. Pelo contrário, os integrados que permanecem precisam ter a potencialidade de assumir a produção dos eliminados (STRIEDER, 1996, p. 53).

O esgotamento do antigo modelo horizontal de produção, na qual a expansão da agroindústria vinha, essencialmente, do aumento do número de unidades familiares de produção, dá lugar ao processo de expansão vertical da produção, onde a expansão ocorre

através do aumento de produtividade das unidades. Ou seja, ao invés de se expandir agregando um maior número de agricultores, a agroindústria prioriza por aqueles que produzem em maior escala. Logo,

[...] interessa às empresas avançar no processo de desenvolvimento tecnológico, rumo à intensificação produtiva, em que o aumento da produtividade física é o objetivo maior a ser alcançado. A indústria de carnes suínas e de aves se estruturou assim ao longo das últimas décadas no Oeste Catarinense e, posteriormente, em boa parte do Brasil. A indústria de aves e, em menor grau, a de suínos, testemunham a aplicação dos avanços científicos e tecnológicos visando o atendimento das premissas acima (MIOR, 2005).

Dessa forma,

Uma parcela dos pequenos agricultores eleva sua capacidade produtiva, sendo responsável por quantidades cada vez maiores da produção total. Com isto deslocam quantidades crescentes de pequenos agricultores considerados não produtivos ou então menos modernizados (SILVESTRO, 1995, p. 201).

O aumento da produção por uma parcela dos agricultores faz suprir a necessidade da agroindústria sem alterar o número dos seus contratos, alcançando o objetivo pretendido, diminuindo os custos de produção da agroindústria enquanto a produção cresce. Dessa forma, a diferenciação entre as unidades produtivas passa a ser expressiva e incita o início da mudança na esfera dos agricultores dentro do modelo agroindustrial, elevando os níveis de produtividade dos que possuem melhores estruturas físicas e expulsando do quadro da agroindústria os agricultores que assim não o fazem. Segundo Strieder (1996), “a seleção torna-se necessária para a agroindústria, porque de fato não há vaga para todos e porque a racionalidade presente na produção capitalista é concentrar maior volume de produção em um menor número de integrados” (p. 50).

Tal seleção se dá, na maioria dos casos, através do tamanho das plantas e da conseqüente produtividade que esta lhe proporciona. Isso é explicado ao passo que a adoção de plantas maiores minimiza esses custos de produção, uma vez que centraliza a produção em poucas unidades.

Um estudo da Epagri a respeito das perspectivas do Sistema Agroindustrial para o ano de 2015 aponta:

Segundo opinião de diversos empresários das agroindústrias, as propriedades no futuro serão maiores, mais mecanizadas e menos dependentes de mão de obra. No sistema de integração permanecerão os produtores maiores, os quais terão perfil mais profissional e serão mais especializados (ALTMANN, 2008, p. 68).

Para comprovar essa redução no número das unidades produtivas e conseqüente adoção por plantas maiores a tabela 6 mostra o número de produtores de suínos no Censo Agropecuário dos anos 1995/96 em comparação com o Levantamento Agropecuário Catarinense de 2003.

Tabela 6 - Número de produtores de suínos e o efetivo segundo estrato de animais, em Santa Catarina, em 1995-96 e 2003

Número de Animais	Censo Agropecuário 1995-96			
	Nº de produtores	%	Nº de Animais	%
Menos de 10	87.074	66,60	310.592	6,80
De 10 a menos de 50	30.301	23,20	566.222	12,50
De 50 a menos de 200	8.671	6,60	835.599	19,40
De 200 e mais	4.827	3,70	2.823.158	62,20
Total	130.819	100,00	4.535.571	100,00

Número de Animais	LAC 2003			
	Nº de produtores	%	Nº de Animais	%
Menos de 10	34.705	63,40	121.192	2,10
De 10 a menos de 50	10.052	18,40	208.800	3,70
De 50 a menos de 200	3.000	5,50	377.728	6,70
De 200 e mais	6.954	12,70	4.956.792	87,50
Total	54.711	100,00	5.664.512	100,00

Fonte: Censo Agropecuário de 1995-96. Levantamento Agropecuário de Santa Catarina 2003.

*Nota: Referente a número de matrizes de animais.

O primeiro ponto a ser observado na tabela é a diminuição dos agricultores de 130.819 para 54.711, uma queda de mais de 76 mil produtores. O destaque fica a cargo daqueles produtores com menos de 10 animais, onde de 87.074 no Censo Agropecuário passaram para apenas 34.705 no Levantamento de 2003, uma redução de 52.999 agricultores de pequeno porte, quase 60% do total. Todavia, vê-se, em 2003, que mesmo com essa redução os agricultores que possuem menos de 10 animais continuam sendo a maioria, 63,40% do total. A questão, porém, é que esses agricultores menores correspondem a uma cifra de meros 2,10% da produção total dos suínos.

O segundo ponto pertinente diz respeito justamente à quantidade dos animais produzidos. Observa-se que enquanto ocorreu uma diminuição dos agricultores, o número de animais produzidos sofreu um aumento substancial de cerca de 1.200.000 entre os períodos

em análise. Além disso, a maior parte dessa produção, 87,50%, decorre daqueles agricultores que possuem maiores estruturas físicas, com 200 ou mais animais em sua propriedade.

Dessa forma, tem-se, claramente, uma situação de redução quanto ao número de agricultores acompanhada por incrementos nas propriedades que fizeram com que estas produzissem em maior quantidade, suprimindo e até superando a produção daqueles que abandonaram a atividade.

A tabela 7 corrobora este quadro, mostrando a mesma situação quanto às granjas voltadas para a criação de reprodutores de suínos associadas à Associação Catarinense de Criadores de Suínos: diminuem-se os estabelecimentos associados enquanto se elevam o número de matrizes desses estabelecimentos.

Vê-se que em 1975 os estabelecimentos registrados alcançam o pico de 162, caindo para apenas 41 em 2003 e atingindo 62 estabelecimentos em 2009. Além disso, a redução do número de estabelecimentos associados veio acompanhada pelo aumento expressivo no total de matrizes, resultando numa média de 888 matrizes para cada estabelecimento registrado em 2009. Essa cifra ganha destaque se compararmos com os dados do primeiro ano de levantamento – 1970 – onde a média era 13 matrizes por estabelecimento, um aumento de 875 matrizes por estabelecimento em 39 anos.

Tabela 7 – Granja de Reprodutores associadas à Associação Catarinense de Criadores de Suínos

Ano	Nº Estabelecimentos Registrados	Nº Total Matrizes	Nº Médio Matrizes Estabelecimentos
1970	130	1.700	13
1975	162	10.307	64
1980	154	16.066	104
1985	108	12.718	118
1990	100	11.211	112
1995	76	13.848	182
2000	60	17.000	283
2001	60	17.500	292
2002	60	18.000	300
2003	41	11.488	280
2004	44	12.900	293
2005	49	13.500	275
2006	51	24.800	486
2007	58	34.924	602
2008	62	48.000	774
2009	62	55.059	888

Fonte: ACCS - Relatório Anual de 2009.

Neste contexto de seleção de agricultores, vê-se que a diferenciação entre eles passa a ser o principal motivo de “escolha” por parte das agroindústrias. Geralmente, são levadas em consideração as condições estruturais, o tamanho da unidade de produção, a localização, o tipo da propriedade de terra, as relações com cooperativas, bancos e demais agroindústrias, e, claro, a quantidade e qualidade da produção.

Quando o processo de seleção e concentração se intensifica, inúmeros produtores são excluídos do Sistema Agroindustrial, perdendo sua principal fonte de sustento. Muitos partem para outras atividades agrícolas, outros, sem recursos, deixam o campo e partem em busca de novas oportunidades em cidades industriais.

4.2 A DEPENDÊNCIA DAS AGROINDÚSTRIAS: UM OLHAR SOBRE A SITUAÇÃO DOS INTEGRADOS

Ao analisar esse processo de seleção e exclusão dos agricultores é comum imaginar que aqueles que satisfazem as exigências das agroindústrias e, por este motivo, se tornam integrados, usufruem de uma boa situação financeira, uma vez que possuem a garantia da venda de toda sua produção, além da assistência e acompanhamento por parte dos técnicos especializados das agroindústrias.

É senso comum, até entre os próprios integrados, que na integração o lucro é evidente e que a garantia de venda que consta no contrato traz proteção e amparo aos integrados. Contudo, como já mencionado, essa proteção só ocorre enquanto o agricultor for útil para a agroindústria, sendo o mesmo descartado assim que não trouxer mais benefícios à mesma, ou seja, assim que não conseguir meios de alcançar a escala de produção pretendida pela agroindústria. A pergunta que fica, então, é se a situação de integrados traz realmente verdadeiros benefícios aos agricultores.

As tabelas 8 e 9 mostram a direção dessa resposta, indicando que, mesmo sendo senso comum, a condição financeira dos agricultores integrados não corresponde ao imaginário que é feito por eles próprios e outros segmentos sociais.

A tabela 8 mostra a situação da suinocultura através dos preços pagos aos integrados e não integrados ao Sistema Agroindustrial, relacionados com o custo de produção durante o ano de 2009. O custo de produção considerado engloba tanto os custos variáveis quanto os fixos. Os primeiros envolvem a energia elétrica, água, mão de obra, manutenção das

instalações, seguro e o próprio valor pago à agroindústria pelos seus serviços de fornecimento de matéria prima, rações, assistência técnica e transporte. Os segundos, os custos fixos, englobam a depreciação, tanto das instalações, como dos equipamentos, além do custo de capital de giro.

Tabela 8 - Relação Custo X Preço da Criação de Suíno em Santa Catarina no ano de 2009

2009					
	Custo	Preço Pago ao Integrado	Saldo Operacional do Integrado	Preço Pago ao Não Integrado	Saldo Operacional do Não Integrado
Jan	2,33	1,95	-0,38	1,85	-0,10
Fev	2,33	1,77	-0,56	1,62	-0,15
Mar	2,30	1,81	-0,49	1,60	-0,21
Abr	2,27	2,05	-0,22	1,60	-0,40
Mai	2,27	1,85	-0,42	1,65	-0,13
Jun	2,29	2,09	-0,20	1,72	-0,36
Jul	2,27	1,93	-0,34	1,73	-0,23
Ago	2,27	1,90	-0,37	1,70	-0,20
Set	2,22	2,05	-0,17	1,73	-0,32
Out	2,23	2,28	0,05	1,86	-0,42
Nov	2,21	2,20	-0,01	1,90	-0,30
Dez	2,11	2,21	0,10	1,80	-0,41
Média	2,26	2,01	-0,25	1,73	-0,28

Fonte: ACCS (Associação Catarinense dos Criadores de Suínos) - Relatório Anual 2009

O que se observa, no caso dos integrados, é a existência de lucro real somente em dois meses durante o ano – no mês de outubro e no mês de dezembro. Nos demais a soma de todos os custos é superior à quantia paga ao integrado. Isso significa prejuízo ao agricultor.

A situação na avicultura é ainda mais crítica. Conforme a tabela 9, no ano de 2008 os produtores de aves tiveram seus custos maiores do que o preço pago a eles em todos os meses do ano.

Tabela 9 - Relação Custo X Preço na Produção de Aves em Santa Catarina no ano de 2008

2008			
Período	Custo*	Preço*	Saldo Operacional
Jan	1,614	1,430	-0,184
Fev	1,625	1,420	-0,205
Mar	1,679	1,410	-0,269
Abr	1,674	1,440	-0,234
Mai	1,619	1,420	-0,199
Jun	1,644	1,400	-0,244
Jul	1,651	1,430	-0,221
Ago	1,611	1,490	-0,121
Set	1,601	1,400	-0,201
Out	1,546	1,430	-0,116
Nov	1,635	1,490	-0,145
Dez	1,688	1,550	-0,138
Média	1,63225	1,4425	-0,190

Fonte: Embrapa

Nota: Por quilo de Frango

Diante desses números, vê-se que a situação dos agricultores é mais crítica do que o imaginado. Ao mesmo tempo em que necessitam, cada vez mais, de novas máquinas, instalações e benfeitorias para alcançar a escala desejada pela agroindústria, os agricultores não tem o retorno financeiro necessário para se reproduzirem e obterem um futuro mais promissor. Dessa forma, em muitos casos, o agricultor é inicialmente integrado, mas, com a evolução da dinâmica e das exigências da agroindústria, ele não consegue se manter atualizado e acompanhar o ritmo determinado por ela. O acontece, então, é um aprofundamento, cada vez maior, da concentração em propriedades maiores, com maior tecnologia e escala.

O que explica essa situação, tanto na suinocultura quanto na avicultura, é que os agricultores não têm controle sobre todo o processo produtivo. Isso implica, principalmente, que eles não participam da definição de preços. Com isso, não tem conhecimento real, nem acesso aos custos para a realização total da produção e, dessa forma, não tem influência suficiente para interferir nos valores repassados a eles.

Neste sentido, o produtor não define preço uma vez que não consegue ter flexibilidade nem nos preços da compra dos insumos, matrizes e matérias-primas, nem nos preços da venda do produto final, já que são determinados pela agroindústria. Segundo Silvestro (1995), “[...] esta relação [agricultor e agroindústria] ainda está assentada em bases "assimétricas", em que

os ganhos obtidos no mercado pela agroindústria, não estão sendo repassados para os produtores” (p. 304). Dessa forma, esta lógica, ao mesmo tempo em que prende o agricultor no sentido de barganha, deixa-o sem poder visualizar os custos da cadeia e, em muitas vezes, seus próprios custos.

Essa situação, por sua vez, remete à perda, por parte do agricultor, de uma parcela significativa do poder de decisão perante sua propriedade e produção. Esse fator cria uma dependência intensa com a agroindústria, ao passo que o agricultor já não possa se reproduzir sem sua interferência. Isso acontece uma vez que os produtos e itens necessários para sua produção vêm da agroindústria, ao mesmo tempo em que a produção final dos agricultores também é remetida a ela.

A dependência, então, é nítida e tão profunda que faz do agricultor um “operário sem registro”, um trabalhador assim como os demais, que acredita ser dependente por possuir sua própria unidade de trabalho, mas que sente a dominação da agroindústria tão de perto quanto o restante da classe trabalhadora.

4.3 ALGUMAS RAZÕES QUE EXPLICAM PORQUE OS AGRICULTORES PERMANECEM INTEGRADOS

Diante do que foi exposto, a questão que se coloca é a seguinte: Porque, mesmo em situação crítica, com dominação e ganhos reais negativos, os agricultores se mantêm integrados?

Para responder a esta pergunta, retornamos às origens da região. Desde seu início, a trajetória da pequena propriedade esteve ligada à agricultura e, posteriormente, ao setor agroindustrial. Foram essas atividades que promoveram a dinâmica e o crescimento da região e é sobre essas, basicamente, que a região sobrevive.

Todavia, paralelo a esse crescimento, nasceu a dependência não só dos agricultores familiares, mas de inúmeros segmentos sociais frente às agroindústrias. Essa dependência, por sua vez, não parte somente de princípios sociais como a segurança de venda da produção, fato disseminado junto aos agricultores. Mas, também, por questões econômicas, como a possibilidade da região se tornar improdutivo sem a articulação das agroindústrias, uma vez que não há, de antemão, uma organização articulada o suficiente que servisse de substituta ao papel atual das agroindústrias. Sendo assim os agricultores e a região perderiam sua principal

fonte de trabalho e renda, não só aquela vinculada diretamente aos agricultores, mas a todos os empregos gerados indiretamente por elas.

Há ainda a tradição dos agricultores como fator chave, que intensifica ainda mais a dependência para com as agroindústrias. O cultivo da terra e a criação de animais fazem parte da cultura dos agricultores, em sua maioria filhos de descendentes de gaúchos que migraram em busca de terras cultiváveis para a prática da agricultura. Dessa forma, há certa resistência por parte dos agricultores em deixar a atividade agrícola, já que esta já aparece como forma de sustento também de seus antecedentes. Para muitos, não há outra atividade para exercerem, uma vez que se aventurar no meio urbano é algo novo e desconhecido, podendo ser desastroso e levá-los a ruína total. Sendo assim, muitos, mesmo em situação difícil, persistem em continuar no campo.

Aos que persistem, as possibilidades de sucesso e crescimento no campo sem o atrelamento com as agroindústrias são diminutas, como coloca Silvestro (1995):

A questão que se coloca para os pequenos agricultores excluídos está no fato de que o complexo agroindustrial presente na região monopoliza as principais atividades de criação: a suinocultura, a bovinocultura e o leite. Desenvolver estas atividades voltadas para o mercado significa, obrigatoriamente, dentro do atual contexto, ligar-se a uma das empresas existentes na região. Por isso, mesmo conhecendo os conflitos que existem no relacionamento da agroindústria com a pequena propriedade, tanto com relação a apropriação do lucro como na própria dinâmica de funcionamento do processo produtivo, os agricultores apontam para uma situação que pode ser resumida da seguinte forma: “Ruim com elas, pior sem elas” (p. 305).

Leva-se em consideração, ainda, o fato de que, em comparação com os excluídos do sistema agroindustrial, os integrados obtêm um desempenho superior, criando a expectativa de um potencial produtivo maior, além de possibilidades mais concretas de uma futura ascensão social. Essa visão dos agricultores ainda persiste mesmo quando a dominação e da dependência das agroindústrias são citadas, fato que nos leva a crer que estas ficam em segundo plano quando o assunto é renda e sobrevivência. Ou seja, em muitos casos, o agricultor prefere se inserir em um sistema mesmo sofrendo dominação e dependência, do que ficar de fora dele e não conseguir prover o sustento de sua família, até porque a esperança de se integrar ainda é presente nos agricultores.

A postura dos pequenos agricultores diante do setor cooperativo e agroindustrial parece ser de reconhecimento de seu poder de dominação e de grande mediador dos destinos da pequena produção do Oeste Catarinense. Como as políticas do setor agroindustrial com relação a redução ou ampliação do número de integrados nunca são bem explicitadas, fica a incerteza de no futuro poder voltar a fazer parte do processo de integração (SILVESTRO, 1995, p. 306).

Dessa forma, a resposta à questão anterior pode ser resumida da seguinte forma: se até mesmo os agricultores integrados não usufruem de uma boa situação no campo, um agricultor sozinho no mercado também não o conseguirá. Se o propósito é continuar no campo e, em específico, na criação de aves e suínos, as agroindústrias ainda aparecem como melhor alternativa.

Neste sentido, a realidade daqueles agricultores não integrados, mas que persistem trabalhando na agricultura, acaba sendo a busca de atividades alternativas que garantam o sustento da família e a permanência no campo. Uma das opções encontradas pelos segmentos que ainda possuíam algum recurso financeiro foi a de investir nas demais atividades agrícolas. Neste contexto, as culturas do fumo e do leite integram a nova pauta agrícola da região.

O fumo aparece novamente fruto de incentivos estaduais através de financiamentos subsidiados. Contudo, essas iniciativas são pequenas e não fazem com que a região tenha volume de produção suficiente para competir com as lavouras de fumo do Rio Grande do Sul. Logo, o rendimento do agricultor nem sempre compensa a atividade.

Já o leite se expressa devido à pré-existência de vacas de leite nas propriedades, antigamente para sustento da família e, agora, como fonte de renda. Cabe lembrar, porém, que a evolução da agroindústria também atingiu, em anos posteriores, a produção leiteira, logo, os agricultores que optaram por esta atividade também ficaram sob o comando de grandes agroindústrias. Dessa forma, também nesta atividade “a limitação de área e a escassez de mão de obra inviabilizará parte das pequenas propriedades. A produção em maior escala e com tecnologia mais avançada deverá ser a condição para competir na atividade” (ALTMANN, 2008, p. 71).

Por outro lado, de encontro aos que decidem permanecer no campo, há uma boa parcela dos que preferem tentar a vida no meio urbano. Essa opção está vinculada, geralmente, aos jovens, uma vez que o acesso mais facilitado aos estudos altera a ideologia passada que previa a sucessão pelo filho das atividades agrícolas do pai. “[...] fica claro que a profissão de agricultor perde o caráter ‘moral’ que já teve no passado e coloca-se como uma possibilidade entre outras” (ABRAMOVAY et al, 2003, p. 16).

O “caráter moral” da qual fala Abramovay et al (2003) se refere à tradição dos filhos seguirem a atividade do pai, continuando na agricultura, seja sucedendo-o na propriedade da família ou adquirindo uma nova propriedade agrícola. Às mulheres filhas de agricultores o destino parecia ser um só: ser mãe e esposa de um agricultor. A mudança dessa tradição se dá principalmente pela destreza e perfil mais independente dos jovens, uma vez que o campo não mais lhe traz boas perspectivas.

A falta de perspectiva de renda é percebida como o principal fator que leva os jovens a abandonar a atividade rural. A grande instabilidade da renda rural, a baixa auto-estima do produtor e a atração urbana (sobretudo o emprego industrial) também são causas apontadas (ALTMANN et al, 2008, p. 68).

A saída dos jovens agricultores do campo traz a questão da sucessão hereditária, do envelhecimento da população rural, além do futuro da própria atividade agrícola.

Os padrões sucessórios dominantes na agricultura familiar no oeste de Santa Catarina são hoje uma ameaça ao seu próprio desenvolvimento e, conseqüentemente, à integridade do tecido social do meio rural. Até 20 ou 30 anos atrás, os jovens do meio rural seguiam as regras que formaram os destinos de seus pais e permaneciam no campo, seja na propriedade paterna, seja em busca de mais terra na fronteira agrícola. [...] O atual processo sucessório deixa claro que acaba a naturalidade que existia entre o destino da unidade de produção e o destino dos membros da família (ABRAMOVAY et al, 2003, p. 23).

Essa tradição começa a ser alterada a partir do esgotamento da fronteira agrícola aliada ao acesso dos jovens aos estudos. Nesse momento, os jovens, principalmente as mulheres, saem do campo e migram em direção às áreas urbanas, seja das cidades mais próximas ou dos principais centros industriais do país. O objetivo é sempre o mesmo: busca de alternativas que possibilitem uma vida melhor e perspectivas positivas para o futuro.

4.4 OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

Fruto da mudança na estrutura produtiva da mesorregião Oeste Catarinense e dos aspectos acima apontados, muitos dos antigos agricultores, excluídos da nova dinâmica agroindustrial, buscaram fontes alternativas para seu sustento, como o fumo e o leite. Contudo, uma parcela destes não alcançou o sucesso imaginado nas novas atividades ou não detinha fundos financeiros para o início da mesma. A alternativa, quando a atividade agrícola já não promove o sustento e a reprodução de todos os membros da família, é o abandono da atividade agrícola de um membro, geralmente os jovens, ou, em casos mais graves, de toda a família, além da conseqüente migração para outras regiões do estado ou até mesmo do país.

Nesta perspectiva, migração se refere “às mudanças permanentes de residência entre unidades espaciais predefinidas” (CARVALHO e RIGOTTI, 1999, p. 7). Tendo como base tal

conceito, partimos para a análise dos dados censitários que terão como objetivo relacionar o movimento migratório ao processo de exclusão dos agricultores familiares. Antes, porém, cabem algumas considerações teóricas e metodológicas que servem para esclarecer a posterior análise dos dados quantitativos.

4.4.1 Um Breve Olhar sobre a Migração

Tendo como base o conceito acima exposto que considera migração relacionada às mudanças definitivas de residência entre unidades espaciais, parte-se para o questionamento de como e por qual motivo ocorrem estas migrações.

Dessa forma, Paul Singer (2002) expõe que as migrações são, na maioria das vezes, resultado de processos de mudanças globais, onde as desigualdades regionais aparecem como principal propulsor de tal movimento. Neste sentido, o autor separa as unidades espaciais em dois grupos distintos: as que possuem fatores de expulsão populacional, sendo então origem de fluxos migratórios, e as que possuem fatores de atração, as quais aparecem como destino desses movimentos.

Quanto aos primeiros, estes aparecem como fatores negativos de determinada unidade espacial, repelindo um contingente populacional para as demais áreas. Tais fatores, por sua vez, dividem-se em dois subgrupos: os fatores de mudança e os de estagnação. Os primeiros são fruto de mudanças na forma de produção, sendo parte do próprio processo de industrialização, principalmente quando este atinge a agricultura, ou seja:

[...] decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego (SINGER, 2002, p. 37).

Dessa forma, os fatores de mudança fazem referência ao processo de industrialização do campo, ao passo que expulsam a população que não se adapta à nova realidade.

Já os fatores de estagnação são fruto da incapacidade, por parte dos agricultores, de aumentarem a produtividade da terra, resultando em migração de parte da população. Dessa forma, há uma estagnação ou um crescimento baixo da população, já que os jovens deixam tais áreas.

[...] se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários (SINGER, 2002, p. 37).

Dessa forma, enquanto os fatores de expulsão determinam a saída do fluxo migratório, os fatores de atração direcionam os fluxos, ao passo que oferecem algum fator positivo, fazendo destas áreas o destino da população migrante.

As unidades espaciais que possuem fatores de atração, geralmente, são aquelas com grau de urbanização mais elevado e, por este motivo, atraem a população que migra pela oportunidade de encontrar um emprego. Contudo, esta oportunidade nem sempre se concretiza. Em muitos casos, não há emprego disponível ou os migrantes não atendem ao perfil esperado pelas empresas. A esperança de que a migração lhes traga uma melhora financeira acaba, então, por marginalizá-los. Isso acontece, uma vez que, o volume de emprego eliminado na agricultura não é compensado, necessariamente, com um aumento no volume de emprego na economia urbana. Sendo assim, vários migrantes acabam por aceitar trabalhos mundanos e sem boa remuneração (SINGER, 2002).

4.4.2 Procedimentos metodológicos adotados na análise

Tendo como base CARVALHO e RIGOTTI (1999), o método utilizado é o da técnica indireta, que relaciona a mobilidade dos indivíduos em um dado intervalo de tempo. Como unidade espacial de análise adota-se as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR's) que compõem a mesorregião Oeste Catarinense e já como espaço temporal o período compreendido entre os anos 2000 e 2008.

Dessa forma, as unidades espaciais se referem a espaços geográficos delimitados, sejam eles grandes conglomerados ou pequenos ambientes. Tais secretarias foram criadas em 2003, com o intuito de descentralizar o governo como instituição pública, a fim de obter melhores resultados regionais através da visualização específica de cada parte do Estado. Atualmente são trinta e seis secretarias em funcionamento no estado de Santa Catarina, sendo quatorze delas localizadas na mesorregião Oeste, como mostra a figura 2.

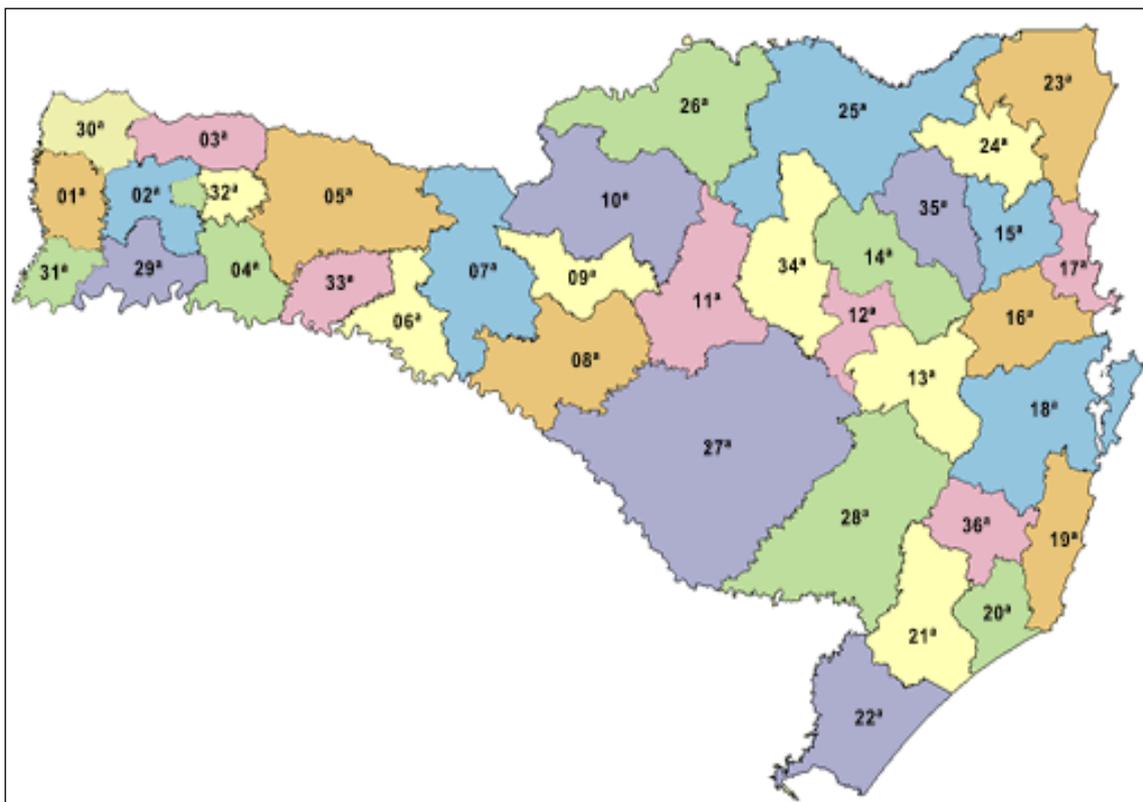


Figura 2 - Mapa das Secretarias de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina

Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina. (<http://www.sc.gov.br>)

01ª São Miguel do Oeste	13ª Ituporanga	25ª Mafra
02ª Maravilha	14ª Ibirama	26ª Canoinhas
03ª São Lourenço do Oeste	15ª Blumenau	27ª Lages
04ª Chapecó	16ª Brusque	28ª São Joaquim
05ª Xanxerê	17ª Itajaí	29ª Palmitos
06ª Concórdia	18ª Grande Florianópolis	30ª Dionísio Cerqueira
07ª Joaçaba	19ª Laguna	31ª Itapiranga
08ª Campos Novos	20ª Tubarão	32ª Quilombo
09ª Videira	21ª Criciúma	33ª Seara
10ª Caçador	22ª Araranguá	34ª Taió
11ª Curitibanos	23ª Joinville	35ª Timbó
12ª Rio do Sul	24ª Jaraguá do Sul	36ª Braço do Norte

A técnica indireta traz como resultado o Saldo Migratório da unidade espacial específica através do cálculo:

[...] a diferença entre o volume dos que não residiam na região no início do período em análise e para lá migraram (imigrantes) e aqueles que lá residiam no início do período e dela saíram (emigrantes), descontados os efeitos da mortalidade e da reemigração (CARVALHO e RIGOTTI, 1999, p. 8).

Os termos usados na análise são:

- Saldo Populacional: diferença entre a população do início do período e a do final do período;
- Saldo Natural: diferença entre nascidos vivos e óbitos ocorridos e registrados do mesmo período;
- Saldo Migratório: diferença entre Saldo Populacional e Saldo Natural.

Dessa forma, se uma unidade espacial obtiver Saldo Migratório Positivo, o número de população que entrou e permaneceu excede o número de população que partiu da localidade em direção às demais regiões. Caso contrário, onde a população que entrou e permaneceu é inferior ao que dela partiu, o Saldo Migratório se configura como Negativo.

Os dados que dão embasamento à pesquisa são extraídos do Censo Demográfico de 2000, da Estimativa da População de 2008 e das Estatísticas do Registro Civil de distintos anos, ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dois primeiros nos fornecem o Saldo Populacional, enquanto o último o Saldo Natural.

Vale lembrar que a direção dos fluxos, ou seja, o destino de tais migrantes, não será o foco desta pesquisa, abrindo espaço para trabalhos futuros e excluindo o fator “reemigração” do cálculo do Saldo Migratório.

4.4.3 Resultados Observados

O que se tentou verificar até o momento foram as mudanças na agricultura, principalmente da mesorregião Oeste Catarinense, que levaram a formação do Complexo Agroindustrial e todas as conseqüências pela sua implantação, desde a alteração na forma de produzir até a situação dos agricultores da região, que se integraram ou foram excluídos do novo padrão agroindustrial. Aos agricultores excluídos, viver no campo se tornou tarefa difícil, uma vez que não retiravam mais dele a reprodução de sua família. Dessa forma, impossibilitados de continuar no campo, muitos dos agricultores migraram para a cidade ou para as demais regiões do Estado e do País.

Sabendo que as agroindústrias ainda têm papel principal na economia da região, aplica-se o método a fim de comprovar numericamente que esse quadro, de concentração dos agricultores e migração de parte deles, continua existindo na mesorregião Oeste Catarinense. Os resultados estão expostos na tabela 10.

Tabela 10 – Saldo Migratório das SDR's da mesorregião Oeste de Santa Catarina

SDR's	População 2000	População 2008*	Saldo Populacional	Saldo Natural	Saldo Migratório
Chapecó	189.782	215.772	25.990	19.788	6.202
Maravilha	69.484	75.881	6.397	5.863	534
Itaripanga	35.029	37.707	2.678	3.119	-441
Palmitos	63.479	67.586	4.107	4.561	-454
Concórdia	89.939	95.686	5.747	7.834	-2.087
Quilombo	22.744	22.444	-300	2.115	-2.415
Videira	95.973	104.572	8.599	11.641	-3.042
Seara	47.953	48.820	867	3.932	-3.065
São Miguel do Oeste	65.170	67.074	1.904	5.135	-3.231
Dionísio Cerqueira	50.576	51.854	1.278	6.024	-4.746
São Lourenço do Oeste	45084	46442	1.358	6.353	-4.995
Caçador	96.205	104.523	8.318	13.861	-5.543
Xanxerê	133.483	142.254	8.771	18.205	-9.434
Joaçaba	116.411	116.771	360	10.944	-10.584
Total	1.121.312	1.197.386	76.074	119.375	-43.301

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

*Nota: População de 2008 se refere à estimativa feita pelo IBGE.

Os dados apresentados mostram o movimento demográfico atual da mesorregião Oeste Catarinense. Percebe-se que, mesmo havendo migração, todas as Secretarias, com exceção da SDR Quilombo, teriam crescimento populacional positivo, isto é uma população maior em 2008 comparativamente a 2000.

Todavia, esse fato não se configura como um aspecto positivo. O Saldo Natural, que apresenta a diferença entre os nascidos vivos e os óbitos no período, mostra a real diferença populacional que deveria constar no período. Esta deveria ser a diferença entre os anos 2008 e 2000. Dessa forma, analisando os dois pontos em conjunto, ou seja, observando o Saldo Populacional em comparação com o Saldo Natural, tem-se uma situação contrária, apenas a SDR de Chapecó e a SDR de Maravilha apresentam Saldo Populacional maior que seu Saldo Natural. Isso significa que somente essas duas secretarias apresentaram uma população

registrada maior que a diferença entre os nascidos vivos e óbitos de sua região. Todas as demais secretarias, contudo, estão perdendo população, ao passo que apresentam seu Saldo Migratório negativo, ou seja, o número de pessoas que migraram da região foi superior ao número de pessoas que lá nasceram diminuídas dos óbitos do período. Prova disto é o resultado total, que aponta uma migração superior a 43 mil pessoas no período.

Dessa forma, o movimento demográfico do Oeste pode ser dividido em três grupos distintos. O primeiro se refere àquelas secretarias com crescimento populacional positivo e fluxo migratório também positivo, como a SDR Chapecó e SDR Maravilha. Estas secretarias aparecem como exceções do movimento conjunto observado no Oeste, já que, na sua maioria, a região é considerada como origem dos fluxos migratórios. O destaque de tal grupo é a cidade de Chapecó, uma vez que se configura como centro econômico regional e destino dos fluxos internos. A tabela 11 mostra os resultados da SDR Chapecó e o dinamismo da cidade sede. O saldo migratório da SDR Maravilha, assim como das demais se encontram em anexo.

Tabela 11 - Saldo Migratório da SDR Chapecó

SDR Chapecó	2008	2000	Saldo Populacional	Saldo Natural	Saldo Migratório
Águas Frias	2 632	2 525	107	203	-96
Caxambu do Sul	4 995	5 263	-268	372	-640
Chapecó	171 789	146 967	24 822	16 259	8 563
Cordilheira Alta	3 493	3 093	400	134	266
Coronel Freitas	10 530	10 535	-5	885	-890
Guatambu	4 622	4 702	-80	433	-513
Nova Erechim	4 307	3 543	764	341	423
Nova Itaberaba	4 229	4 256	-27	383	-410
Planalto Alegre	2 740	2 452	288	177	111
Serra Alta	3 285	3 330	-45	267	-312
Sul Brasil	3 150	3 116	34	334	-300
Total	215 772	189 782	25 990	19 788	6 202

Fonte: Elaboração própria através de dados do IBGE.

Vê-se que das onze cidades que compõe a SDR Chapecó, apenas quatro delas possuem Saldo Migratório positivo, o restante – sete cidades – tiveram migração superior ao seu Saldo Natural, ou seja, tiveram perda de população no período. Todavia, a dimensão populacional do Saldo Migratório da cidade de Chapecó, 8.563 pessoas, é tão expressiva que repassa à SDR seu resultado positivo, uma vez que detém cerca de 80% da população total da Secretaria.

Já o segundo grupo é formado pela SDR de Quilombo que apresenta diminuição bruta de sua população, uma vez que tem decréscimo populacional e fluxo migratório negativo, ou seja, além de sua população não ter aumentado no período em estudo, houve migração dos que lá residiam. A tabela 12 comprova tal fato.

Tabela 12 – Saldo Migratório da SDR Quilombo

SDR Quilombo	2008	2000	Saldo Populacional	Saldo Natural*	Saldo Migratório
Formosa do Sul	2 689	2 725	-36	-	-36
Irati	2 059	2 202	-143	253	-396
Quilombo	11 220	10 736	484	1467	-983
Jardinópolis	1 893	1 994	-101	51	-152
Santiago do Sul	1 467	1 696	-229	-	-229
União do Oeste	3 116	3 391	-275	344	-619
Total	22 444	22 744	-300	2115	- 2 415

Fonte: Elaboração própria através de dados do IBGE.

* Nota: As informações sobre Saldo Natural nas cidades de Formosa do Sul e Santiago do Sul não foram informadas, considera-se então que o Saldo Natural é nulo, ou seja, igual a zero.

O terceiro grupo, por sua vez, abrange a maioria das SDR's – Itapiranga, Palmitos, Concórdia, Videira, Seara, São Miguel do Oeste, Dionísio Cerqueira, São Lourenço do Oeste, Caçador, Xanxerê e Joaçaba – sendo formado pelas Secretarias que apresentaram fluxos migratórios negativos, porém, com crescimento populacional positivo, ou seja, seu crescimento vegetativo continua a acontecer, contudo, a taxa de migração é negativa. O destaque fica a cargo da Secretaria de Joaçaba, onde todas as cidades, com exceção de Treze Tílias, possuem Saldo Migratório negativo, indicando perda de população.

Tabela 13 - Saldo Migratório da SDR Joaçaba

SDR Joaçaba	2008	2000	Saldo Populacional	Saldo Natural	Saldo Migratório
Água Doce	6 954	6 843	111	694	-583
Capinzal	18 994	19 955	-961	2 875	- 3 836
Catanduvas	9 049	8 291	758	1 151	-393
Erval Velho	4 205	4 269	-64	286	-350
Herval d'Oeste	19 405	20 044	-639	2 026	- 2 665
Ibicaré	3 473	3 587	-114	235	-349
Jaborá	4 138	4 194	-56	194	-250
Joaçaba	25 226	24 066	1 160	1 453	-293
Lacerdópolis	2 260	2 173	87	174	-87
Luzerna	5 537	5 572	-35	256	-291
Ouro	7 266	7 419	-153	506	-659
Treze Tílias	5 900	4 840	1 060	502	558
Vargem Bonita	4 364	5 158	-794	592	- 1 386
Total	116 771	116 411	360	10 944	- 10 584

Fonte: Elaboração própria através de dados do IBGE.

4.4.4 Considerações finais sobre os fluxos migratórios

O destino real das migrações e a situação social dos migrantes não fazem parte deste estudo. Contudo, sabe-se que existência de um parque industrial limitado na mesorregião Oeste faz com que as migrações, em sua totalidade, se destinem às cidades que possuem um parque industrial ampliado, com maiores perspectivas de agregar mão de obra. Silvestro (1995), relata que no início da migração, os filhos dos agricultores escolhiam cidades maiores da própria região, como Chapecó, Xanxerê e São Miguel do Oeste. Todavia, como estas eram desprovidas de um pólo industrial dinâmico o suficiente para absorver os excedentes populacionais, os migrantes passaram a optar por grandes metrópoles, como a região litorânea do Estado, a região de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

O êxodo, o envelhecimento da população rural e o grande número de jovens atraídos pelo emprego ou outras atividades urbanas estão levando ao desaparecimento ou ao declínio de muitas comunidades rurais. “A vida está indo para a cidade, que, por sua vez, não tem empregos a oferecer”, declara um dirigente de cooperativa. (ALTMANN et al, 2008, p. 68).

Contudo, migrar não significa, necessariamente, melhorar de vida. Quanto às condições sociais, o que se observa nas grandes metrópoles é uma grande desigualdade, que se explicita nos seguintes aspectos: a) população sem recursos e sem escolaridade passa a integrar as periferias das cidades; b) os empregos geralmente são de baixa remuneração; c) ampliação da massa de desempregados. Esta não é uma situação pré-estabelecida aos que migram, contudo, um migrante desprovido de grandes recursos e que só trabalhou no campo, não encontra muitas oportunidades nos centros urbanos.

Neste sentido, a mesorregião Oeste de Santa Catarina, em sua totalidade, é considerada uma região de origem dos fluxos migratórios. Parte deste movimento é explicado pelos fatores de expulsão que levam às pessoas a migrarem para as demais direções. Além disso, pode-se afirmar que essa expulsão devido às mudanças produtivas, uma vez que a inserção das agroindústrias na região imprimiu uma nova forma de produção que excluiu parte dos agricultores familiares que não conseguiu se adaptar ao ritmo de produção comandado por essas mesmas agroindústrias.

Dessa forma, comprovando a existência de um fluxo migratório que parte do Oeste Catarinense superior a 43 mil pessoas, pressupõe-se que este fluxo é ocasionado pela dinâmica econômica da região, que, provavelmente, não comporta e não oferece oportunidade de emprego ao aumento vegetativo de sua população. A dinâmica da região Oeste depende, em grande medida, da produção agrícola. Esta produção, como se sabe, sofre a interferência das agroindústrias, tornando os agricultores familiares dependentes do Sistema Agroindustrial.

Um fato importante que ajuda a comprovar a interferência do Sistema Agroindustrial na determinação desses fluxos é a existência de migração ao Oeste Catarinense como destino dos migrantes até a década de setenta. A dinâmica do fluxo se altera justamente quando a interferência das agroindústrias na forma de produzir do pequeno agricultor passa a ser mais expressiva e maciça.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor agroindustrial catarinense, após inúmeras alterações em sua forma de produzir, é considerado exemplo de um bem sucedido processo de modernização na agricultura, além de se destacar no âmbito nacional e até internacional, como grande produtor de carnes suínas e aves. Por um lado, a formação de complexos agroindustriais articulados ao sistema familiar de produção proporcionou um salto econômico expressivo à região Oeste Catarinense. Por outro lado, contudo, esse mesmo sistema trouxe conseqüências adversas aos agricultores familiares dessa região. A inserção das agroindústrias primeiramente trouxe a comercialização ampliada da atividade agrícola, culminado em benefícios aos agricultores que por elas foram contratados. Mas no momento seguinte, as duas últimas décadas em especial, as alterações na forma de produzir impuseram novas exigências aos agricultores, desde o uso de tecnologia até uma produção com ritmo e produtividade elevados. Essas alterações na produção são resultados, sobretudo, da competição entre as agroindústrias a fim de buscar espaço no mercado nacional e internacional.

Uma vez que a principal atividade produtiva da região se concentra na agricultura, uma mudança na forma de produzir neste setor gera efeitos correlatos em toda a economia local e regional. As alterações observadas fortalecem a dinâmica do setor agroindustrial, que aumentou sua produtividade, seus rendimentos e sua dimensão. Todavia, essas alterações não propiciaram as mesmas condições aos agricultores familiares.

Aquela parcela de agricultores familiares menos capitalizados e que não conseguiram se adaptar a nova lógica agroindustrial e suas exigências foram excluídos do sistema, ficando sem sua principal fonte de renda. A exclusão se deu, basicamente, por falta de estrutura física, ou então pela falta de recursos financeiros para obtê-la a fim de alcançar uma escala de produção previamente determinada pelas empresas agroindustriais. Isto porque, especialmente a partir das duas ultimas décadas, as empresas agroindustriais passaram a priorizar somente aqueles agricultores que produzem dentro dos novos padrões estipulados. Assim, os agricultores selecionados de acordo com a escala acabam suprindo a demanda das agroindústrias, as quais obtêm matéria-prima na quantidade necessária. A partir daí, se acentua o processo de seleção, concentração e exclusão dos agricultores familiares por parte das agroindústrias.

Excluídos, uma parte dos agricultores passou a buscar fontes alternativas para a reprodução de sua família. Contudo, por insucesso nas novas atividades ou por impedimento

financeiro para o início delas, muitos agricultores ficaram sem perspectivas no campo. A migração foi, então, a alternativa encontrada por muitos, principalmente os segmentos mais jovens da população. Primeiramente, o fluxo migratório se voltava às cidades vizinhas, todavia, como estas não detêm uma dinâmica industrial capaz de comportar o excesso de mão de obra, a migração se volta às áreas litorâneas do Estado, assim como para Estados próximos, como Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo.

Para os migrantes, essas localidades significavam a esperança de um trabalho no meio urbano, assim como a melhoria das atuais condições de vida. Todavia, um migrante com baixo grau de escolaridade e sem experiência em outras atividades enfrenta dificuldades para ocupar as oportunidades de trabalho ofertadas nos centros urbano-industriais. Em muitos casos, os migrantes acabam por enfrentar condições difíceis, inchando as periferias dos grandes centros urbanos do país.

O presente estudo, focalizando suas atenções para o caso das migrações da região Oeste de Santa Catarina, pôde comprovar o processo migratório anteriormente descrito através de dados estatísticos de todas as cidades que compõem a mesorregião Oeste. Este movimento foi analisado através do Saldo Migratório, que aponta a quantidade de pessoas que nasceram em determinada cidade, mas que nela não permaneceram, ou seja, a diferença entre os nascidos menos os óbitos do município e o aumento real da população durante o período. O resultado apontou um grande fluxo populacional que parte da região, atingindo cerca de 43 mil migrantes em um período de 8 anos.

Dessa forma, a mesorregião Oeste de Santa Catarina se apresenta como região de origem dos fluxos demográficos, uma vez que possui saldos migratórios predominantemente negativos. A exceção fica a cargo de poucas cidades pólos, como é o caso de Chapecó, que possui aumento vegetativo de população, além de ser destino de pequenas migrações internas. Neste sentido, parafraseando Singer (2002), a mesorregião Oeste passou a possuir fatores de expulsão para muitos agricultores. E ainda, esta expulsão sentida foi fruto de fatores de mudança, uma vez que a nova forma de produzir empregada pelas agroindústrias trouxe alterações no sistema produtivo, as quais nem todos os agricultores conseguiram se adaptar e permanecer trabalhando na agricultura.

A afirmação de que essas migrações acontecem fruto da formação dos Complexos Agroindustriais ganha aderência à realidade, uma vez que a atividade agropecuária é central para o desempenho econômico da região, abrangendo a maior parte das atividades econômicas. Dessa forma, se a principal atividade econômica exclui um contingente de pequenos agricultores e as atividades urbanas não são capazes de absorver essa população

rural sobrando, a migração acontece, já que não há, internamente, demais alternativas para a sobrevivência. Esse fato é o oposto do movimento migratório observado em direção à mesorregião Oeste nas décadas de 1960, 1970 e 1980, período em que as agroindústrias ampliaram suas atividades e se consolidaram na região.

Contudo, não é intenção deste estudo apontar culpados, nem tampouco incentivar tese da saída das agroindústrias da região. Entende-se que elas se adaptaram às exigências do mercado, assim como faria qualquer outra grande empresa. O que ocorreu foi reflexo do mercado, onde a busca excessiva da produtividade originou um processo de concentração, seleção e exclusão de agricultores para fazer frente à competição nacional e internacional no mercado de carnes. No entanto, devido a importância das atividades agrícolas para o desempenho econômico da região, alternativas aos agricultores familiares também deveriam ter sido pensadas e implementadas para se evitar esse forte processo de deslocamento populacional.

Nesta perspectiva, abre-se espaço para trabalhos futuros quanto ao destino das migrações, assim como a própria busca de alternativas para aqueles segmentos de produtores rurais que preferem permanecer trabalhando na agricultura e vivendo no meio rural da região. Contudo, vale lembrar que o problema não se resolve apenas pelo controle das migrações, uma vez que enquanto existirem desigualdades sociais e regionais, os fluxos migratórios continuarão a existir. Assim, entende-se que incentivos socioeconômicos, novas instituições e atividades diversificadas que disponibilizem oportunidades e perspectivas, viabilizando a permanência da população na própria região, principalmente da população rural, são o caminho para reverter a atual situação.

REFERÊNCIAS

- ABEF. **Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos**. Disponível em: <www.abef.com.br>. Acesso em: 02 jun. 2010.
- ABIPECS. **Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína**. Disponível em: <<http://www.abipecs.org.br>>. Acesso em: 27 mai. 2010.
- ABRAMOVAY, Ricardo, et al. Sucessão Hereditária e Reprodução Social da Agricultura Familiar. In: **Agricultura em São Paulo**. São Paulo: Epagri, 2003. p. 11-24.
- ACAV. **Associação Catarinense de Avicultura**. Disponível em: <<http://www.acavsc.org.br/>>. Acesso em: 29 mai. 2010.
- ACCS. Associação Catarinense de Criadores de Suínos. **Relatório Anual** – vários anos. Disponível em <<http://www.accs.org.br/>>. Acesso em: 21 abr. 2010.
- ALTMANN, Rubens; MIOR, Luiz Carlos; ZOLDAN, Paulo. **Perspectivas para o sistema agroalimentar e o espaço rural de Santa Catarina em 2015**: percepção de representantes de agroindústrias, cooperativas e organizações sociais. Florianópolis: Epagri, 2008. 133p.
- ANJOS, Flávio Sacco dos. **A Agricultura Familiar em Transformação**: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC). Pelotas: UFPEL/Editora Universitária, 1995. 170p.
- BAMPI, Valter. **Avicultura Brasileira**: 2009 e 2010 em números e perspectivas. Revista Avicultura Industrial. São Paulo, fev. 2010.
- BOCCHI, João Hidelbrando et al. (Org.). A Investigação Econômica. In: _____ **Monografia para Economia**. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 37-90.
- CARVALHO, José Alberto Magno; RIGOTTI, José Irineu Rangel. Os dados censitários Brasileiros sobre Migrações internas: algumas sugestões para análise. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Rio de Janeiro/RJ, v. 2, n. 15, p. 7-18, 1999.
- CUNHA, Idaulo José. **O Salto da Indústria Catarinense**: um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo 27, 1992. 296p.

EMBRAPA. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/>>. Acesso em: 23 abr. 2010.

EPAGRI. **Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina**. Disponível em: < <http://www.epagri.sc.gov.br/>>. Acesso em: 14 abr. 2010.

GIL, Antônio Carlos. O Processo de Pesquisa. In: _____ **Técnicas de Pesquisa em Economia e Elaboração de Monografias**. São Paulo: Atlas, 2002. p. 44-61.

GONÇALVES, José Sidnei. **Mudar para Manter: pseudomorfose da agricultura brasileira**. São Paulo: Imprensa Nacional, 1999. 373 p.

GOMES, Ana Paula Wendling; GOMES, Adriano Provezano. Sistema de Integração na Avicultura de Corte: um estudo de caso na região de Viçosa – MG. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 406., 2008, Rio Branco. **Economia e Gestão do Agronegócio**. Viçosa: UFV, 2008. p. 1-10.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002. 504p.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em: < <http://www.sc.gov.br>> Acesso em: 11 mar. 2010.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 114p.

_____ **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

GRIEBELER, Jaques. **A Exclusão Agropecuária no Oeste Catarinense: o caso da suinocultura no período de 1994/2001**. 2002. 73f. Monografia (Graduação em Economia) – Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da população 2007**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>>. Acesso em 01 mar. 2010.

_____ **Censo Demográfico 2000**. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>. Acesso em:
15 fev. 2010.

_____ **Estatísticas da População de 2008**
. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default.shtm>>. Acesso
em: 03 mar. 2010.

_____ **Estatísticas do Registro Civil** – vários anos. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2008/default.shtm>>. Acesso
em: 03 mar. 2010.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: <
<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: 02 mai. 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
1998. Livro 1, vol. 2. 16 ed. 929p.

MATTEI, Lauro Francisco; ALVES, Pedro Assumpção. Migrações no Oeste Catarinense:
história e elementos explicativos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS
POPULACIONAIS, 2006, Minas Gerais. **Desafios e Oportunidades do Crescimento Zero**.
Minas Gerais: ABEP, 2006. 20p. Disponível em:
<http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_598.pdf> Acesso em:
20 ago. 2009.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. Disponível em:
<<http://www.mp.sc.gov.br>>. Acesso em: 14 mar. 2010.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento
rural**. Chapecó: ARGOS, 2005. 338p.

_____ **Empresas Agroalimentares, Produção Agrícola Familiar e Competitividade no
Complexo de Carnes de Santa Catarina**. 1992. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, Dissertação
de Mestrado (Mestrado em Ciências Humanas) – Departamento de Sociologia. 1992. XXp.

MIOTO. Beatriz. **Movimentos Migratórios em Santa Catarina no Limiar do Século XXI**.
2008. Florianópolis. 85f. Monografia (Graduação em Economia) – Departamento de
Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989. 149p.

OLIVEIRA, Davi Gouveia. **A Relação entre o Desenvolvimento Econômico e os Fluxos Migratórios na Mesorregião Oeste Catarinense e na Cidade de Joinville na década de 90**. 2009. 60f. Monografia (Graduação em Economia) – Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

PAULILLO, Luiz Fernando. Sobre o Desenvolvimento da Agricultura Brasileira: concepções clássicas e recentes. In: BATALHA, Mário Otávio (coord). **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Atlas S. A. , 2001. p. 656-690.

SCHMIDT, Vanice Dolores Bazzo. Agroindústria em Santa Catarina: da integração á inclusão social. In: PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson. **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. 311p.

SILVA, Cesar Augusto Freyesleben. **Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense**. 2. ed. rev. atual. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2003. 99p.

SILVESTRO, Milton Luiz. **Transformações da agricultura familiar e estratégias de produção: o caso do Oeste Catarinense**. 1995. 349f. Tese (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

_____ et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília; NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 124 p.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2002. 155p.

SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 152p.

STRIEDER, Roque. **Produção Agrícola Integrada, Desenvolvimento Econômico, Social e Humano, e a Educação**. 1996. 156f. Tese (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

TESTA, Vilmar; et al. **O Desenvolvimento Sustentável do Oeste Catarinense: proposta para discussão**. Florianópolis: Epagri, 1996. 247p.

VÊNANCIO, Marcelo. Agricultura Familiar: diferentes interpretações e territorialidades. **Revista Mirante**. Goiás, v. 01, n. 02, terceira edição.

ANEXOS

Resultados gerais das SDR's que compõem a mesorregião Oeste de Santa Catarina:

SDR Caçador					
	2008*	2000	Saldo Populacional	Saldo Natural*	Saldo Migratório
Caçador	70 088	63 322	6 766	9 915	-3 149
Calmon	4 194	3 467	727	148	579
Lebon Régis	12 102	11 682	420	1 948	-1 528
Macieira	1 799	1 900	-101	10	-111
Matos Costa	2 863	3 204	-341	319	-660
Rio da Antas	6 232	6 129	103	365	-262
Timbó Grande	7 245	6 501	744	1 156	-412
Total	104 523	96 205	8 318	13 861	-5 543

SDR Chapecó					
	2008	2000	Saldo Populacional	Saldo Natural	Saldo Migratório
Águas Frias	2 632	2 525	107	203	-96
Caxambu do Sul	4 995	5 263	-268	372	-640
Chapecó	171 789	146 967	24 822	16 259	8 563
Cordilheira Alta	3 493	3 093	400	134	266
Coronel Freitas	10 530	10 535	-5	885	-890
Guatambu	4 622	4 702	-80	433	-513
Nova Erechim	4 307	3 543	764	341	423
Nova Itaberaba	4 229	4 256	-27	383	-410
Planalto Alegre	2 740	2 452	288	177	111
Serra Alta	3 285	3 330	-45	267	-312
Sul Brasil	3 150	3 116	34	334	-300
Total	215 772	189 782	25 990	19 788	6 202

SDR Concórdia					
	2008	2000	Saldo Populacional	Saldo Natural	Saldo Migratório
Alto Bela Vista	2 075	2 098	-23	11	-34
Concórdia	69 766	63 058	6 708	6 077	631
Ipira	4 807	4 979	-172	195	-367
Irani	9 664	8 602	1 062	899	163
Peritiba	3 003	3 230	-227	379	-606
Piratuba	4 577	5 812	-1 235	225	-1 460
Presidente Castello Branco	1 794	2 160	-366	48	-414
Total	95 686	89 939	5 747	7 834	-2 087

SDR Dionísio Cerqueira					
	2008	2000	Saldo Populacional	Saldo Natural	Saldo Migratório
Anchieta	6 730	7 133	-403	809	-1 212
Dionísio Cerqueira	15 305	14 250	1 055	2221	1 166
Guarujá do Sul	4 858	4 696	162	328	-166
Palma Sola	8 157	8 206	-49	1079	-1 128
Princesa	2 682	2 613	69	-	69
São José do Cedro	14 122	13 678	444	1587	-1 143
Total	51 854	50 576	1 278	6024	-4 746

SDR Itapiranga					
	2008	2000	Saldo Populacional	Saldo Natural	Saldo Migratório
Itapiranga	15 840	13 998	1 842	1652	190
Iporã do Oeste	8 362	7 877	485	674	-189
Santa Helena	2 496	2 588	-92	-	-92
São João do Oeste	6 230	5 789	441	261	180
Tunápolis	4 779	4 777	2	532	-530
Total	37 707	35 029	2 678	3119	-441

SDR Joaçaba					
	2008	2000	Saldo Populacional	Saldo Natural	Saldo Migratório
Água Doce	6 954	6 843	111	694	-583
Capinzal	18 994	19 955	-961	2 875	-3 836
Catanduvas	9 049	8 291	758	1 151	-393
Ercal Velho	4 205	4 269	-64	286	-350
Herval d'Oeste	19 405	20 044	-639	2 026	-2 665
Ibicaré	3 473	3 587	-114	235	-349
Jaborá	4 138	4 194	-56	194	-250
Joaçaba	25 226	24 066	1 160	1 453	-293
Lacerdópolis	2 260	2 173	87	174	-87
Luzerna	5 537	5 572	-35	256	-291
Ouro	7 266	7 419	-153	506	-659
Treze Tílias	5 900	4 840	1 060	502	558
Vargem Bonita	4 364	5 158	-794	592	-1 386
Total	116 771	116 411	360	10 944	-10 584

SDR Maravilha					
	2008	2000	Saldo Populacional	Saldo Natural	Saldo Migratório
Bom Jesus	2 075	2 150	-75	189	-264
Flor do Sertão	1 694	1 612	82	184	-102
Iraceminha	4 356	4 592	-236	419	-655
Maravilha	22 691	18 521	4 170	1 635	2 535
Modelo	3 871	3 930	-59	281	-340
Pinhalzinho	15 394	12 356	3 038	1 518	1 520
Romelândia	5 833	6 491	-658	554	-1 212
Saltinho	4 183	4 196	-13	-	-13
Santa Terezinha do Progresso	3 097	3 416	-319	-	-319
São Miguel da Boa Vista	2 027	2 018	9	190	-181
Saudades	8 880	8 324	556	667	-111
Tigrinhos	1 780	1 878	-98	226	-324
Total	75 881	69 484	6 397	5 863	534

SDR Palmitos					
	2008	2000	Saldo Populacional	Saldo Natural	Saldo Migratório
Águas de Chapecó	6 306	5 782	524	625	-101
Cunhataí	1 938	1 822	116	33	83
Cunha Porã	11 009	10 229	780	640	140
Caibi	6 393	6 354	39	444	-405
Mondaí	9 449	8 728	721	617	104
Palmitos	16 557	16 034	523	1091	-568
Riqueza	5 134	5 166	-32	625	-657
São Carlos	10 800	9 364	1 436	486	950
Total	56 786	54 115	2 671	4075	-1 404

SDR Quilombo					
	2008	2000	Saldo Populacional	Saldo Natural	Saldo Migratório
Formosa do Sul	2 689	2 725	-36	-	-36
Irati	2 059	2 202	-143	253	-396
Quilombo	11 220	10 736	484	1467	-983
Jardinópolis	1 893	1 994	-101	51	-152
Santiago do Sul	1 467	1 696	-229	-	-229
União do Oeste	3 116	3 391	-275	344	-619
Total	22 444	22 744	-300	2115	-2 415

SDR São Lourenço do Oeste					
	2008	2000	Saldo Populacional	Saldo Natural	Saldo Migratório
Campo Erê	9 802	10 353	-551	2 675	-3 226
Coronel Martins	2 567	2 388	179	268	-89
Galvão	3 520	4 235	-715	335	-1 050
Jupia	2 190	2 220	-30	210	-240
Novo Horizonte	2 970	3 101	-131	270	-401
São Bernardino	2 682	3 140	-458	-	-458
São Lourenço do Oeste	22 711	19 647	3 064	2 595	469
Total	46 442	45 084	1 358	6 353	-4 995

SDR São Miguel do Oeste					
	2008	2000	Saldo Populacional	Saldo Natural	Saldo Migratório
Bandeirante	3 105	3 177	-72	-	-72
Barra Bonita	2 122	2 118	4	-	4
Belmonte	2 774	2 588	186	-	186
Descanso	8 927	9 129	-202	970	-1 172
Guaraciaba	10 883	11 038	-155	745	-900
São Miguel do Oeste	35 004	32 324	2 680	3 420	-740
Paraíso	4 259	4 796	-537	-	-537
Total	67 074	65 170	1 904	5 135	-3 231

SDR Seara					
	2008	2000	Saldo Populacional	Saldo Natural	Saldo Migratório
Aratubã	4 062	4 160	-98	48	-146
Arvoredo	2 249	2 305	-56	211	-267
Itá	6 577	6 764	-187	526	-713
Ipumirim	7 360	6 907	453	489	-36
Lindóia do Sul	4 676	4 877	-201	283	-484
Paial	1 852	2 052	-200	166	-366
Seara	17 716	16 484	1 232	1935	-703
Xavantina	4 328	4 404	-76	274	-350
Total	44 758	43 793	965	3884	-2 919

SDR Videira					
	2008	2000	Saldo Populacional	Saldo Natural	Saldo Migratório
Arroio Trinta	3 627	3 490	137	189	-52
Fraiburgo	36 170	32 948	3 222	5 236	-2 014
Iomerê	2 637	2 553	84	128	-44
Pinheiro Preto	3021	2 729	292	183	109
Salto Veloso	4 328	3 910	418	368	50
Tangará	8 632	8 754	-122	604	-726
Videira	46 157	41 589	4 568	4 933	-365
Total	104 572	95 973	8 599	11 641	-3 042

SDR Xanxerê					
	2008	2000	Saldo Populacional	Saldo Natural	Saldo Migratório
Abelardo Luz	16 870	16 440	430	2 743	-2 313
Bom Jesus	2 394	2 046	348	-	348
Entre Rios	3 083	2 857	226	499	-273
Faxinal dos Guedes	10 611	10 767	-156	1 294	-1 450
Ipuaçu	6 816	6 122	694	2 687	-1 993
Lajeado Grande	1 494	1 572	-78	38	-116
Marema	2 312	2 651	-339	162	-501
Ouro Verde	2 197	2 352	-155	192	-347
Passos Maia	4 578	4 763	-185	710	-895
Ponte Serrada	11 625	10 561	1 064	1 585	-521
São Domingos	9 612	9 540	72	826	-754
Vargeão	3 673	3 526	147	411	-264
Xanxerê	41 766	37 429	4 337	4 354	-17
Xaxim	25 223	22 857	2 366	2 704	-338
Total	142 254	133 483	8 771	18 205	-9 434